



MUTIRÃO

C 14º M

COMUNICAÇÃO E ECOLOGIA INTEGRAL: TRANSFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE JUSTA

Subsídio para o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação

Manaus (AM) 2025



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Comunicação e ecologia integral : transformação e sustentabilidade justa : subsídio para o 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação. -- Brasília, DF : Ed. dos Autores, 2025.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-35135-3

1. Comunicação 2. Ecologia 3. Meio ambiente - Conservação e Proteção 4. Sustentabilidade 5. Transformação social.

25-269258

CDD-302.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicação 302.2

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



**COMUNICAÇÃO E ECOLOGIA INTEGRAL:
TRANSFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**



EXPEDIENTE

Comissão Episcopal para a Comunicação Social da Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil (Cepac-CNBB)
Grupo de Reflexão sobre Comunicação (Grecom/CNBB)

Membros Cepac-CNBB

Dom Valdir José de Castro, bispo da Diocese de Campo Lima (SP)

Dom Amilton Manoel da Silva, bispo da Diocese de Guarapuava (PR)

Dom Edilson Soares Nobre, bispo da Diocese de Oeiras (PI)

Assessores da Cepac-CNBB

Osnilda Lima, Diocese de Guarapuava (PR)

Padre Tiago Síbula, Diocese de Santo André (SP)

Coordenação Geral do 14º Mutirão Brasileiro de Comunicação da Arquidiocese de Manaus

Padre Geraldo Ferreira Bendaham

Irmã Rosanna Marchetti

Rosa Maria Rodrigues

Grupo de Reflexão sobre Comunicação (Grecom/Cepac-CNBB)

Este subsídio foi construído coletivamente pelos seguintes membros do Grecom:

Aline Amaro da Silva (vice-coordenadora) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Joana T. Puntel – Serviço à Pastoral da Comunicação e Instituto Teológico São Paulo

Magali Cunha – Instituto de Estudos da Religião e Coletivo Bereia

Marcus Tullius – Cáritas América Latina e Caribe

Moisés Sbardelotto (coordenador) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ricardo Alvarenga – Universidade Federal do Maranhão

O texto contou também com a contribuição de:

Osnilda Lima, assessora da Cepac-CNBB

Padre Dário Bossi, assessor da Comissão Sociotransformadora e da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB.

Diagramação

Mateus Leal



 @mutiraodecomunicacao

 muticom.com.br

 comsocial@cnbb.org.br

SUMÁRIO

1	Introdução	6
2	Ecologia integral segundo a ciência e a sabedoria dos povos ..	10
	2.1 Tempo decisivo	11
	2.2 A Igreja, a ciência e a sabedoria dos povos	12
	2.3 O que fazer e como fazer	14
	2.4 Como comunicar	15
	2.5 Vamos comunicar	17
3	Ecologia integral segundo o magistério da Igreja: grito da terra, grito dos pobres	19
	3.1 Laudato si' e o magistério precedente	20
	3.2 Pontos principais da Laudato si'	22
	3.3 Todos/as no mesmo barco	24
	3.4 Continuar o clamor	25
	3.5 Vamos comunicar?	26
4	Comunicação e ecologia integral	27
	4.1 Ecologia das mídias	27
	4.2 Paradigma tecnocrático	29
	4.3 Impacto ambiental: lixos tecnológicos	30
	4.4 Contribuições da comunicação para a ecologia integral	31
	4.5 Vamos comunicar	32
5	Comunicação para a transformação social	34
	5.1 Compreendendo as bases conceituais	35
	5.2 Articulações dentro do campo comunicacional	38
	5.3 Vamos Comunicar	40
6	Comunicação em defesa da sustentabilidade justa	42
	6.1 Enfrentar a comunicação nociva ao meio ambiente	42
	6.2 Promover a comunicação pela sustentabilidade	45
	6.3 Vamos comunicar	47
7	Boas práticas ambientais e comunicacionais	49
	7.1 Mídia Indígena – @midiaindigenaoficial	49
	7.2 Afro Acadêmico – @afroacademico	50
	7.3 Viração Educomunicação – @viracaoeducom	51
	7.4 Justiça nos Trilhos – @justicanostrilhos	52
	7.5 Rede de Notícias da Amazônia (RNA) – @rnamazonia	53
	7.6 Vamos aprender	55
8	Conclusões	56
9	Referências	58
10	Mutirão Brasileiro de Comunicação: história e atualidade	60



INTRODUÇÃO

“**A** nossa casa comum pode ser comparada ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços [...] Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou.” Foi assim que, há 10 anos, em 2015, ao publicar a encíclica *Laudato si'* (= LS), o Papa Francisco se dirigia “a cada pessoa que habita neste planeta” a fim de fazer um apelo em prol do cuidado da “casa comum” (LS 1-3). Oito anos depois, em 2023, Francisco voltou a se dirigir a todas as pessoas de boa vontade em sua exortação apostólica *Laudate Deum* (= LD). “Com o passar do tempo – reafirmou o papa – dou-me conta de que não estamos reagindo de modo satisfatório, pois este mundo que nos acolhe está se esborando e talvez se aproximando de um ponto de ruptura” (LD 2).

Em meio a esse cenário, a cidade de Manaus (Amazonas) acolhe em 2025 o **14º Mutirão Brasileiro de Comunicação (Muticom)**. O encontro reunirá agentes de pastoral, profissionais, estudantes e pessoas apaixonadas pela comunicação de todo o país para refletirem, juntos e juntas, sobre o tema *Comunicação e Ecologia Integral: transformação e sustentabilidade justa*.

Somando-se a essa iniciativa e a fim de contribuir com a preparação para esses debates, o **Grupo de Reflexão sobre Comunicação (Grecom)**, ligado à Comissão Episcopal para a Comunicação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), preparou este subsídio, fruto de uma reflexão coletiva. Deseja-se, com isso, contribuir para que comunicadores e comunicadoras de todo o Brasil possam agir de forma crítica e consciente em prol da transformação e da sustentabilidade justa à luz da ecologia integral defendida pelo Papa Francisco.

E não faltam razões para percebermos a importância dessa reflexão. O ano de 2024 trouxe à tona uma série de eventos ecológicos alarmantes no país: as enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul, que causaram perdas humanas, ambientais e materiais significativas; os contínuos incêndios na Amazônia, que destroem, ano após ano, uma das maiores florestas tropicais do mundo; a seca severa e as queimadas que afetaram o Centro-Oeste e o Sudeste, impactando a produção agrícola e o abastecimento de água, entre outros. Esses eventos não são apenas acidentes climáticos isolados, mas sim reflexos de um desequilíbrio ambiental agravado e também *provocado* pela ação humana.

A crise ecológica que vivemos, portanto, é, acima de tudo, uma crise de visão de mundo. Como afirma Francisco, “o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social” (LS 48). É por isso que o papa insiste tanto na ideia de que “tudo está interligado”, pois “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49).

É nesse contexto que a comunicação emerge como uma ação fundamental, tanto para a conscientização ecológica quanto para a mobilização social em defesa da Criação. Agentes de Comunicação – católicos ou não – têm um papel central nesse processo, assumindo a missão de informar, sensibilizar, educar e mobilizar pessoas e comunidades sobre a necessidade urgente de cuidar da nossa “casa comum”. À luz da fé cristã e inspirados pela mensagem de Francisco de Assis e de Francisco de Roma, somos chamados a promover uma *ecologia integral*, que considera não apenas as dimensões ambientais, mas também políticas, econômicas, sociais, culturais e espirituais da vida. A comunicação, assim, se torna uma ponte que interliga saberes e práticas, inspirando ações concretas em prol da transformação e da sustentabilidade justa. Comunicar a ecologia integral é construir relações que promovam “o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção de uma trama de respeito e de fraternidade” (LS 201).

O ano de 2025, por sua vez, de modo particular, traz consigo eventos e celebrações que também nos convidam a refletir e a agir em defesa e pela promoção de uma ecologia integral. A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), realizada em novembro, na cidade de Belém (Pará), marca um momento histórico na luta global contra as mudanças climáticas. Será a primeira vez que uma COP será realizada no Brasil e especificamente na Amazônia, um bioma fundamental para a regulação do clima global e um símbolo de biodiversidade, destacando o protagonismo do nosso país no cenário global das discussões ambientais. A realização da COP 30 no Brasil oferece uma oportunidade significativa para que pesquisadores, educa-

dores, agentes de comunicação e de pastoral reunidos no 14º Muticom ampliem o debate sobre a sustentabilidade, exponenciando a voz das comunidades que mais sofrem com as consequências da degradação ambiental e promovendo uma conscientização local e global sobre a necessidade urgente de proteger o planeta e defender a justiça climática.

Também em 2025, a Campanha da Fraternidade (CF), promovida pela CNBB, traz como tema *Fraternidade e Ecologia Integral*, inspirada no lema bíblico “Deus viu que tudo era muito bom” (Gn 1,31). Com isso, a CF busca promover, em espírito quaresmal e em tempos de urgente crise socioambiental, um processo de conversão integral, ouvindo o grito dos pobres e da Terra. Os comunicadores e as comunicadoras reunidos no 14º Muticom têm muito a contribuir para a denúncia dos males que o modo de vida atual impõe ao planeta, assim como para o anúncio do “Evangelho da Criação”, recuperando o horizonte bíblico da aliança universal que envolve todas as criaturas humanas e não humanas.

Em 2025, celebramos ainda os 10 anos da encíclica *Laudato si'*, do Papa Francisco. Esse documento é um marco da tradição católica recente, ao oferecer uma nova perspectiva sobre a relação entre a fé e a ecologia. Sua perspectiva integral aborda as questões ambientais de um modo intrinsecamente ligado à justiça e à paz social. Oito anos depois, o documento foi atualizado e complementado com a exortação apostólica *Laudate Deum*. Esse aniversário é um convite para que a comunicação – especialmente de inspiração católica – reforce o importante legado de Francisco, promovendo iniciativas que incentivem a vivência da ecologia integral nas comunidades e fazendo da comunicação uma ponte entre o ensino da Igreja e as ações práticas em defesa do planeta. O 14º Muticom é uma oportunidade para renovar o compromisso com esses princípios, fortalecendo o papel da comunicação no combate ao paradigma tecnocrático e no convite à conversão ecológica.

Em paralelo, a Igreja Católica celebra o Jubileu de 2025¹, com o tema *Peregrinos da Esperança*. Esse é um chamado para que os fiéis renovem sua esperança em tempos de grandes desafios, como o da crise ambiental. O Jubileu nos lembra que somos todos e todas peregrinos, responsáveis por cuidar da “casa comum” que Deus nos confiou. Nesse contexto, pessoas engajadas na comunicação reunidas no 14º Muticom têm a missão de pôr sua ampla rede de comunicação a serviço da partilha de uma mensagem de esperança, incentivando ações concretas em defesa da Criação e de um mundo mais justo. O Muticom também é um espaço para refletir sobre como a comunicação pode contribuir com a construção de uma cultura da esperança e para pedir que a graça de Deus transforme os comunicadores e as comunicadoras “em cultivadores diligentes das sementes do Evangelho que fermentem a humanidade e o cosmos, na espera confiante dos novos céus e da nova terra”, como reza a *Oração do Jubileu*, escrita pelo Papa Francisco.

¹ O Jubileu, também chamado de “Ano Santo”, é uma importante celebração religiosa da Igreja Católica que ocorre a cada 25 anos, marcando um tempo de graça dedicado à renovação da fé e do perdão.

Diante de todo esse panorama, o Grecom deseja oferecer sua contribuição por meio deste subsídio. O texto começa abordando a *ecologia integral segundo as ciências e a sabedoria dos povos*, analisando as contribuições científicas e populares para o entendimento das questões ecológicas e sua interface com a ética e a justiça. Em seguida, reflete-se sobre a *ecologia integral segundo o magistério da Igreja*, a partir principalmente da *Laudato si'* e de outros textos do magistério. Depois, aprofunda-se a relação entre *comunicação e ecologia integral*, abordando o papel da comunicação na promoção de uma consciência ecológica integral e na articulação de mudanças culturais. Soma-se a isso uma reflexão sobre a *comunicação para a transformação social*, pensando a ação comunicativa como uma força transformadora em prol da justiça socioambiental. Discorre-se ainda sobre a *comunicação em defesa da sustentabilidade* e do fortalecimento de ações sustentáveis e responsáveis. Por fim, o subsídio apresenta algumas *boas práticas ambientais e comunicacionais*, a partir de exemplos concretos de iniciativas que integram práticas sustentáveis justas e comunicação transformadora.

Como anexo, o subsídio oferece a seus leitores e leitoras uma retomada histórica dos Mutirões de Comunicação (Muticom) já realizados pela Igreja no Brasil desde os anos 1990, assim como uma linha do tempo de seus temas principais.

Convidamos você, caro leitor e cara leitora, a refletirem conosco sobre como a prática comunicacional pode contribuir com uma sociedade mais justa, pacífica e sustentável, em sintonia com os apelos do Evangelho e da ecologia integral proposta pelo Papa Francisco. Que este subsídio inspire a nossa missão e fortaleça o nosso compromisso com o cuidado da nossa “casa comum”.

Boa leitura, boas reflexões e boas ações!



ECOLOGIA INTEGRAL SEGUNDO A CIÊNCIA E A SABEDORIA DOS POVOS

O Parque Nacional de Yasuní, no Equador, é uma das regiões mais biodiversas do mundo. Vivem lá os povos indígenas isolados Tagaeri e Taromenane, outras etnias indígenas, 610 espécies de aves, 139 de anfíbios e 121 de répteis (Associated, 2023). Mas, debaixo deste solo, assim como em outras regiões da Amazônia, há petróleo.



610
espécies de aves



139
anfíbios



121
répteis

Há 16 anos, segue a luta em defesa do parque: indígenas, movimentos populares, jovens estudantes e também comunidades e instituições da Igreja constituíram o grupo *Yasunidos* e reivindicam com força que o petróleo fique debaixo do solo, no Bloco 43. Em 2023, conseguiram convocar um referendo nacional sobre o assunto; mais de 60% da população votou a favor da sobrevivência do parque e do desmantelamento das instalações petrolíferas no Bloco 43. “Amazônia livre de petróleo!” é um dos lemas que estão também mobilizando os povos e a sociedade civil organizada rumo à COP30, quando representantes das nações, convocados pela ONU pela primeira vez na América Latina, estarão definindo novos acordos frente ao colapso ambiental e climático.

Histórias como a dos *Yasunidos* são emblemáticas para compreendermos a urgência de ações em defesa do planeta e o papel determinante das diversas expressões religiosas em apoio a elas. Vejamos, portanto, como lidar com a urgência dos tempos e como a Igreja pode se deixar inspirar, neste contexto, pelo diálogo com a ciência e com a sabedoria dos povos.



2.1 TEMPO DECISIVO

O Universo em contínua expansão teve sua origem 13,8 bilhões de anos atrás; o Planeta Terra formou-se há cerca de 4,5 bilhões de anos, e os primeiros sinais da vida apareceram cerca de um bilhão de anos depois. A história do ser humano é bem mais recente: temos 300 mil anos de existência, mas nos últimos 150 anos (!) o *Homo sapiens* atingiu a capacidade e o poder de mudar a história do planeta de forma significativa.

O chamado “Relógio do Apocalipse”¹ mede, a cada ano, o grau de perigo que pode levar à destruição da vida, avaliando o risco de guerras atômicas e os impactos das alterações climáticas globais. Nunca estivemos tão próximos da meia-noite, símbolo do fim dos tempos, como nos últimos dois anos.

Além destas ameaças diretas à vida, o ser humano, pela primeira vez, está influenciando as condições da evolução geológica do Planeta. O degelo das calotas polares, causado pelo aquecimento global, está alterando até a velocidade e o eixo de rotação da Terra (Nasa, 2024). Os cientistas chamam esse fenômeno de “Antropoceno” (Crutzen & Stoermer, 2000), uma possível nova era em que as mudanças geológicas têm a ação humana como concausa. A partir disso, o Papa Francisco, na exortação apostólica *Laudate Deum*, apresenta considerações alarmadas: “Nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma” (LD 23); “Com o passar do tempo, dou-me conta de que não estamos reagindo de modo satisfatório, pois este mundo que nos acolhe está-se esboroando e talvez aproximando dum ponto de rutura” (LD 2).

O modelo econômico em que vivemos, que concentra riqueza e poder, gerou uma profunda dívida ecológica e climática entre os países mais desenvolvidos e aqueles que, numa lógica de dependência colonial, favoreceram o desenvolvimento de outros. Por isso, o Papa faz questão de diferenciar as responsabilidades: “as emissões per capita nos Estados Unidos são cerca do dobro das dum habitante da China e cerca de sete vezes superiores à média dos países mais pobres” (LD 72).



Diante dessas condições, não há tempo a perder; o saudoso Cardeal Cláudio Hummes sempre repetia, ao participar da COP21 em Paris, que “mais tarde será tarde demais”. De forma similar, o pesquisador e historiador Luiz Marques (2023) publicou uma obra densa e rica em dados e propostas de mudança, com o significativo título “*O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*”.

Neste *kairós*, um tempo decisivo, o papel dos cristãos e das cristãs será absolutamente determinante, como Paulo já destacou na carta aos Romanos, dando voz à criação inteira que “espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus” (Rm 8,19).



2.2 A IGREJA, A CIÊNCIA E A SABEDORIA DOS POVOS

Pela primeira vez, em 2025, um texto-base da Campanha da Fraternidade traz, em sua etapa de “julgar”, a contribuição da Bíblia, do magistério da Igreja, da ciência e da sabedoria ancestral dos povos. Todas essas fontes de conhecimento contribuem para iluminar a perspectiva da Ecologia Integral, que aprofundamos na CF 2025, confirmando a interconexão e a interdependência dos saberes. A Palavra de Deus inspira e orienta a busca da verdade e, por sua vez, é interpretada à luz do conhecimento científico e popular (o *sensus fidelium*) em contínua evolução (Francisco, 2018).

É impressionante como o magistério da Igreja, a ciência contemporânea e as intuições dos povos indígenas convergem ao indicar que tudo está interligado no planeta.

Na encíclica *Laudato si'*, destaca-se que:

Tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente. Assim como os vários componentes do planeta - físicos, químicos e biológicos - estão relacionados entre si, assim também as espécies vivas formam uma trama que nunca acabaremos de individualizar e compreender. Boa parte da nossa informação genética é compartilhada com muitos seres vivos (LS 138).

A ciência apresenta o conceito de biosfera como uma interconexão de todas as formas de vida numa teia complexa de relações biológicas, químicas e físicas. Cada espécie,

da menor bactéria até o maior predador, desempenha um papel essencial na manutenção do equilíbrio da Terra. A perda ou o comprometimento de uma parte dessa rede pode gerar impactos profundos em todo o sistema, prejudicando a resiliência e a estabilidade da vida no planeta.

Ailton Krenak se faz porta-voz da sabedoria indígena ao evidenciar o contraste entre o descolamento e a organicidade na compreensão das relações entre todos os seres:

A humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a Terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa Terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na Terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe (Krenak, 2019, p. 23).

A organicidade das relações entre todas as criaturas também pode ser interpretada em chave mística e espiritual, como faz o Papa Francisco na encíclica *Laudato si'*, citando São Boaventura, São João da Cruz e São João Paulo II. De fato, podemos reconhecer, na energia que vincula e une todas as partes da matéria e na força que anima a interconexão entre os elementos e as espécies naturais, o Espírito de Deus, criador e animador da vida: “O universo desenvolve-se em Deus, que o preenche completamente”, ao ponto de podermos “chegar a encontrá-Lo em todas as coisas” (LS 233).

Com base nessa compreensão fundamental de uma nova ordem de relações entre o ser humano e toda a Criação, a Igreja precisa superar o antropocentrismo desordenado que, por séculos, foi o critério central de sua moral, e assumir decididamente a missão de reconciliação com o mundo (LD 69). Algumas prioridades de ação para esta missão são as seguintes:

- Combater todo tipo de negacionismo, inclusive o negacionismo prático de pessoas, grupos e sociedades que, mesmo admitindo a gravidade da crise ambiental, vivem como se nada pudesse ser feito, numa acomodação resignada;
- Dar nomes e indicar as causas do colapso ambiental e climático, com a coragem profética de atualizar o clamor de João Batista: “não te é permitido” (Mt 14,4). Não é permitido o despejo de tantos agrotóxicos no solo do Brasil, nem a expansão do

agronegócio, maior causa do desmatamento; não é permitido este ritmo predatório da mineração, nem o marco temporal para expulsar os povos indígenas de suas terras; não é permitida a violência no campo que assassina lideranças e intimida a luta pelo direito à terra, teto e trabalho, nem a especulação urbana que concentra os pobres nas periferias;

- Propor a ética do limite e da sobriedade feliz, estilos de vida individuais e coletivos que se opõem ao consumismo e à “religião” do capitalismo, sistema que, por definição, só se sustenta se estiver continuamente se expandindo;
- Renovar a opção pelos pobres, pelas pessoas e territórios empobrecidos, pois será somente deles que poderão surgir propostas realmente alternativas a uma “economia que mata” (EG 53) e a um sistema “injusto pela raiz” (EG 59).



2.3 O QUE FAZER E COMO FAZER

Não temos condições, neste breve texto, de apresentar propostas estruturadas de ação; o que mais nos interessa é o princípio que deve orientar as posições da Igreja, conforme tentamos explicar acima. Ao organizar atividades rumo à COP30, estamos cada vez mais convencidos de que a história do clima se muda a partir dos territórios, respeitando o direito das comunidades de desenvolverem seus planos de vida nos territórios que habitam. Como proclamado na encíclica *Laudato si'*, os povos indígenas:

[...] não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços. Com efeito, para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida (LS 146).

Assim, a Igreja é chamada a atuar “de dentro e de baixo”, inserida na caminhada das comunidades que acompanha e defende, nas cidades, no campo e na floresta, apoiando a organização comunitária, o intercâmbio, as alianças e redes, em diálogo permanente com os movimentos populares. Essa abordagem deve promover um “multilateralismo dos pequenos”, como recomenda Papa Francisco em *Laudate Deum* (nn. 37-43).

Essa opção fundamental irá se traduzir, obviamente, em ações concretas em defesa dos territórios, que a Igreja precisa assumir e reivindicar do Estado: parar definitivamente todo desmatamento, reflorestar os territórios, financiando ações das comunidades locais, promover a reforma agrária, incentivar e subsidiar economias regionais, solidárias e circulares, estabelecendo uma relação local entre campo e cidade etc.



2.4 COMO COMUNICAR

Dialogando com comunicadores e comunicadoras, propomos alguns apelos, pedindo ajuda e orientações a esse âmbito tão decisivo para a construção e a divulgação de uma narrativa de defesa e promoção integral da vida, inspirada pelo horizonte bíblico da Aliança universal que envolve todas as criaturas (cf. Gn 8-9) (cf. Conferência, 2025).

Primeiramente, apesar do contexto dramático, destacamos a necessidade de semear esperança. A comunicação não pode esconder a situação-limite em que a humanidade e o planeta se encontram, mas precisa dar voz e visibilidade a experiências de resistência e reconstrução do tecido de relações que o pecado ecológico² esgarçou.

Reiteramos também que o cuidado com o planeta e a promoção dos direitos socioambientais são missões prioritárias para a Igreja de hoje, considerando que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176). Neste sentido, é muito oportuna uma comunicação que aproxime constantemente a perspectiva socioambiental, à luz da Doutrina Social da Igreja, à essência da fé, como conformação à missão de Jesus.

Um dos maiores desafios é alcançar as juventudes e contribuir para que se tornem protagonistas de propostas sociais, políticas e econômicas inovadoras, inspiradas pelo paradigma da Ecologia Integral, como, por exemplo, vem fazendo há tempo a Articulação Brasileira da Economia de Francisco e Clara.

A comunicação da Igreja precisa reafirmar constantemente sua opção pelo diálogo aberto, a inclusão e o respeito por todas as pessoas, mas sempre a partir da opção pelos pobres, que é o contexto privilegiado em que a Igreja se encontra com Jesus encarnado (Mt 25,31-46).

Neste sentido, será necessário prestar muita atenção à sedução enganosa do poder e das “falsas soluções” que este oferece. Por exemplo, seria apropriado aprofundar em outros espaços a solução enganosa das “transições energéticas”, que até agora se apre-



sentam simplesmente como uma reinvenção “verde” do sistema capitalista, assim como o perigo da proposta dos créditos de carbono, que se apresenta como mais uma forma neo-colonial de controle dos territórios.

Finalmente, a comunicação a serviço da Ecologia Integral tem o desafio de conectar as ações cotidianas com as necessárias grandes mudanças sistêmicas. O Papa Francisco nos ajuda a compreender o papel revolucionário das pequenas atitudes:

! O simples fato de mudar os hábitos pessoais, familiares e comunitários alimenta a preocupação pelas responsabilidades não cumpridas pelos setores políticos e a indignação contra o desinteresse dos poderosos. Note-se, pois, que, mesmo se isto não produzir imediatamente um efeito muito relevante do ponto de vista quantitativo, contribui para realizar grandes processos de transformação que agem a partir do nível profundo da sociedade (LD 71).

Ao mesmo tempo, no mesmo documento, ele declara: “Entretanto, é necessário sermos sinceros e reconhecer que as soluções mais eficazes não virão só dos esforços individuais, mas sobretudo das grandes decisões da política nacional e internacional” (LD 69). Portanto, uma boa comunicação, integrada com as estratégias de incidência política da Igreja, precisa articular as formas de resistência e as propostas das comunidades em seus territórios com modelos econômicos e ecológicos inspirados pelo Bem Viver dos povos e pelo Bem Comum.

“Caminheemos cantando; que as nossas lutas e a nossa preocupação por este planeta não nos tirem a alegria da esperança” (LS 244). O Papa Francisco e o magistério da Igreja recente nos ajudam nesse sentido.



2.5 VAMOS COMUNICAR

Vamos comunicar a Ecologia Integral! Usemos o poder da comunicação para promover ações em nosso dia a dia, com nossas comunidades, grupos e espaços onde atuamos. Inspiremo-nos nas sugestões e cuidemos da nossa Casa Comum!

1 Inspirar e mobilizar

- ✓ Compartilhe histórias inspiradoras de pessoas e organizações que fazem a diferença na luta por um planeta mais saudável e uma sociedade mais justa.
- ✓ Amplifique, visibilize e fortaleça a mensagem de quem se dedica a proteger o meio ambiente e a promover a justiça socioambiental.

2 Conectar e fortalecer

- ✓ Mostre como pequenas atitudes podem gerar grandes mudanças. Incentive ações coletivas e o engajamento em movimentos sociais.
- ✓ Explore a conexão entre fé e ecologia, mostrando como a fé inspira o cuidado com a criação.
- ✓ Incentive o protagonismo infantojuvenil na luta por um futuro sustentável.

3 Promover o diálogo e a inclusão

- ✓ Promova a educação ambiental em escolas, comunidades e grupos, integrando conhecimentos científicos, saberes tradicionais e valores éticos.
- ✓ Incentive o desenvolvimento de projetos práticos e atividades que promovam a interação com a natureza e a responsabilidade socioambiental.
- ✓ Estimule a criatividade e o pensamento crítico na busca por soluções para os desafios socioambientais.

4 Desenvolver o senso crítico

- ✓ Desmascare as “armadilhas verdes”, revele as falsas soluções que se dizem ecológicas, mas escondem o consumo excessivo e a exploração da natureza.
- ✓ Incentive o questionamento crítico das propostas do poder público e do mercado, muitas vezes mascaradas por um discurso “sustentável”, mas que, na realidade, visam à exploração desenfreada para o lucro. Estimule a busca por alternativas mais justas e sustentáveis.
- ✓ Desconstrua a desinformação e empodere as pessoas, ajude-as a identificar notícias falsas e discursos manipuladores que usam a emoção, o medo e o impacto para esconder a verdade.

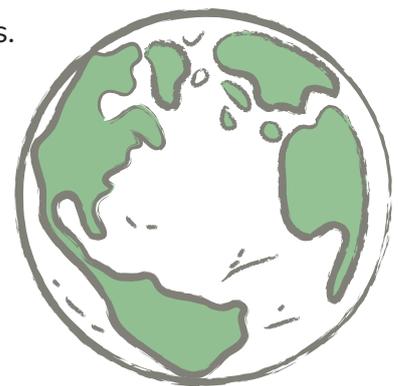


ECOLOGIA INTEGRAL SEGUNDO O MAGISTÉRIO DA IGREJA: GRITO DA TERRA, GRITO DOS POBRES

Já se tornou comum aparecer na mídia digital, ou tradicional, títulos que se referem à ecologia, ao clima, ao planeta... Alguns contêm simplesmente a notícia. Outros denunciam situações inimagináveis do planeta, a destruição, catástrofes, negociações baseadas nos interesses. Alguns títulos e publicações “ativam a esperança” porque mais uma COP vai se realizar. E, infelizmente, outra vez a esperança é frustrada.

Mais uma estatística. Somam-se as promessas e as nações “empurram-se” num jogo interminável nas responsabilidades. Mas o fato é que a “terra” não espera mais. E começa a gritar porque está doente. Este título “O grito da terra” é de dor. A terra geme. Está doente”, diz o Papa Francisco.²

Há uma diferença entre o simples informar sobre as catástrofes, as dores da terra que geme e o conclamar, o convocar para uma reflexão sobre algo do qual fazemos parte. Nós somos terra e estamos gritando. Na fórmula tradicional de receber as cinzas na cabeça e dar início ao tempo quaresmal, na Quarta-feira de Cinzas, no início da quaresma (na Igreja Católica), o celebrante proclama em alta voz



² O apelo do Papa Francisco veio no chamado “O vídeo do Papa” para o mês de setembro de 2024 com a intenção de oração do pontífice. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BCQxQMMXBql>.



fazendo ressoar nos ouvidos e no coração do fiel: “Lembra-te que és pó e ao pó hás de voltar”. Ao contrário do pensar negativista que a fórmula poderia sugerir de que, portanto, tudo acabará em “nada”, a frase nos chama a atenção para o fato da “integração”, nós somos parte da terra (planeta), obra da criação de Deus. E a terra está gritando. Nós, interligados, integrados, estamos gritando com ela.

Quem não se cansa de entrar em diálogo para ouvir, admoestar a comunidade internacional sobre o grito da terra, entre várias instituições sérias e comprometidas, é a Igreja Católica, que, pelo seu Magistério, a luz do Evangelho, busca interpretar os “sinais dos tempos” (*Gaudium et spes*, n. 4) e oferecer a sociedade na qual está inserida a sua contribuição para as soluções dos principais problemas contemporâneos. Neste sentido, o Papa Francisco tem sido protagonista na missão da Igreja ao tocar frequentemente no tema em diversos âmbitos.



3.1 LAUDATO SI' E O MAGISTÉRIO PRECEDENTE

Em 24 de maio de 2015, solenidade de Pentecostes daquele ano, o Papa Francisco publica a carta encíclica “*Laudato si'*, sobre o cuidado da casa comum”. O título faz alusão ao que São Francisco de Assis cantava “*Laudato si, mi Signore*” – Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos, com flores coloridas e verduras” (LS 1).

Já no início da Carta, Francisco, o bispo de Roma, questiona e convoca a refletir sobre o que estamos fazendo com essa “mãe terra”. Assim ele diz:

Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada,



“O grito da terra” é de dor.
A terra geme. Está doente”

que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7) (LS 2).

Faz parte do percurso dialogal e responsável do magistério da Igreja sobre a deterioração global do ambiente mobilizar a todos “para entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum” (LS 3). Assim, Francisco menciona a importância de papas que o precederam, como são João XXIII com a encíclica *Pacem in terris* (1963) sobre questão de crise eminente de guerra nuclear. Oito anos depois, na carta apostólica *Octogesima Adveniens*, São Paulo VI referia-se à problemática ecológica, como uma crise com consequências dramáticas das ações descontrolados do ser humano.

Na continuidade do Magistério, São João Paulo II, com interesse crescente sobre a temática e atento ao agravamento das questões ambientais, ofereceu profundas reflexões na carta apostólica *Redemptor Hominis*, advertindo o ser humano que parece “não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos” (n. 15). Na sequência dos discursos, na carta encíclica *Centesimus Annus*, João Paulo II convidou para uma conversão ecológica global, observando o pouco empenho para assegurar as condições morais de uma autêntica ecologia humana. É preciso cuidar e melhorar o mundo, e isto requer mudanças profundas “nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades” (n. 58).

Na sequência reflexiva da Igreja sobre a temática, também o papa Bento XVI (2007) fez o convite a “eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito pelo meio ambiente”. Na *Laudato si'*, o Papa Francisco recorda o magistério de seu predecessor que reconhece que o comportamento irresponsável do da humanidade está causando chagas ao ambiente natural (n. 6).

Uma afirmação sempre persistente e colocada em prática, pelo Magistério de Francisco, é o diálogo, pois é preciso unir-se por uma preocupação comum, por isso, na *Laudato si'*, Francisco recolhe muitas reflexões de cientistas, filósofos, teólogos, organizações sociais que contribuíram para o enriquecimento do pensamento da igreja sobre a questão ecológica. Dentre esses, o destaque para o Patriarca Ecumênico Bartolomeu, que, num de seus discursos sobre a questão ecológica, foi incisivo, corajoso e partilhou com Francisco a esperança da plena comunhão eclesial. Afirma Bartolomeu:

Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas úmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado. [Porque] um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus (LS 8).



3.2 PONTOS PRINCIPAIS DA LAUDATO SI'

O cuidado da Casa Comum. A ideia forte que perpassa todo o documento é anunciada por Francisco já no título “o cuidado com a Casa Comum”. Lembrando São Francisco de Assis, que “recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços” (LS 1). Nós habitamos o planeta como seres humanos e todo conjunto da criação em profunda relação com o ser humano: “O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” (LS 2). Trata-se de um chamado que aparece no documento mais de 30 vezes. O cuidado diz respeito àquilo que é comum a todos, a Casa Comum

Ecologia Integral.

“Tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial” (LS 137). A reflexão aborda os diferentes elementos de uma *ecologia integral*, que inclui claramente as dimensões humanas e sociais. E Francisco aprofunda a ideia de ecologia integral, abrangendo as dimensões da Ecologia ambiental, econômica e social; da Ecologia cultural e da Ecologia da vida quotidiana³.

Tudo está interligado.

É uma repetição constante de Francisco. Daí também a compreensão do meio ambiente como uma relação: “a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos” (LS 139).

Ser humano como guardião da Criação.

“Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa” (LS 217).

A raiz humana da crise ecológica.

Francisco afirma que “há um modo desordenado de conceber a vida e a ação do ser humano, que contradiz a realidade até ao ponto de arruiná-la” (LS 101). Isto é o que ele refere como “paradigma tecnocrático dominante”, trabalhado no ponto XX deste texto.

³ O pontífice dedica-se longamente ao tema entre os parágrafos 138-162.

O problema fundamental no cenário de globalização do paradigma tecnocrático é o modo como realmente a humanidade assumiu a tecnologia e o seu desenvolvimento juntamente com um paradigma homogêneo e unidimensional. Neste paradigma, sobressai uma concepção do sujeito que progressivamente, no processo lógico-racional, compreende e assim se apropria do objeto que se encontra fora. Um tal sujeito desenvolve-se ao estabelecer o método científico com a sua experimentação, que já é explicitamente uma técnica de posse, domínio e transformação. É como se o sujeito tivesse à sua frente a realidade informe totalmente disponível para a manipulação (LS 106).

E na exortação apostólica *Laudate Deum* (2023), que o próprio Francisco considera uma continuação à *Laudato si'* depois de oito anos, o papa se refere ao novo avanço do paradigma tecnocrático: “A inteligência artificial e os recentes progressos tecnológicos baseiam-se na ideia dum ser humano sem limites, cujas capacidades e possibilidades se poderiam alargar ao infinito graças à tecnologia. Assim, o paradigma tecnocrático alimenta-se monstruosamente de si próprio” (LD 21).

A conversão ecológica.

É uma grande proposta do Papa Francisco na *Laudato si'*: “A crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior”, mas também uma conversão comunitária, pressuposto para “criar um dinamismo de mudança duradoura” (LS 216-221).

Passagem do consumismo a um novo estilo de vida. Educação e espiritualidade ecológicas.

Segundo Francisco, a humanidade precisa mudar, tomando consciência “duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos [...] (permitindo) o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida. Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração” (LS 202). E o consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecno-econômico. A proposta aqui é de um novo início deixando para traz o consumismo que destrói: “Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida” (LS 207).

“A espiritualidade cristã propõe uma forma alternativa de entender a qualidade de vida, encorajando um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo” (LS 222). A crise ecológica, afirma o papa, “é um apelo a uma profunda conversão interior, mas também a uma conversão comunitária como base para “criar um dinamismo de mudança duradoura” (LS 219).



3.3 TODOS/AS NO MESMO BARCO

A encíclica, que se insere no magistério social da igreja, dirige-se não apenas ao mundo católico, mas “cada pessoa que habita este planeta” e que enfrenta o “urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. [...] A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum” (LS 13), afirma Francisco.

Logo de início, a *Laudato si'* teve grande repercussão, inclusive motivando a criação de encontros, debates, como o Movimento *Laudato si'* (2015), e outras práticas importantes. Com destaque o Magistério da Igreja vem se realizando na prática dos já 10 anos da REPAM (Rede Eclesial Pan-Amazônica), incentivando o protagonismo dos povos amazônicos em defesa da casa comum. O objetivo é o de promover a vida, por meio do cuidado dos povos, territórios e ecossistemas amazônicos e do incremento da consciência da importância da Amazônia para toda a humanidade, por meio de uma atuação socioeclesial articulada em rede.

A REPAM-Brasil⁴ atua por meio de uma metodologia que articule, apoie e visibilize as ações e iniciativas das comunidades, pastorais e organizações eclesiais, a partir de uma espiritualidade encarnada; na defesa da vida dos povos e da biodiversidade amazônica, por meio dos núcleos temáticos: Formação e Métodos Pastorais, Justiça Socioambiental e Bem Viver, Direitos Humanos e Incidência Política. Povos Amazônicos e Territórios e Comunicação para a transformação social se constituem como linhas de serviços transversais com o papel de fazer interface com os núcleos temáticos.⁵

No contexto das repercussões da *Laudato si'*, é oportuno recordar o maior antropólogo francês (atualmente com 102 anos), que visitou várias vezes o Brasil, Edgar Morin, reconhecido internacionalmente. Ele afirmou:

Francisco define “a ecologia integral”, que não é, de fato, aquela ecologia ‘profunda’ que pretende nos converter ao culto da Terra, subordinando todo o resto. Ele mostra que a ecologia diz respeito às nossas vidas em profundidade, à nossa civilização, aos nossos modos de agir, às nossas reflexões. Mais profundamente, critica um paradigma “tecno-econômico”, este modo de pensar que preside todos os nossos discursos, tornando-os obrigatoriamente fieis aos postulados técnicos e econômicos para resolver qualquer problema. Este texto assinala uma tomada de consciência, um incitamento a repensar a nossa sociedade e o nosso agir. É, portanto, providencial, no sentido que é um texto imprevisto que indica o caminho (Morin, 2016).

4 <https://repam.org.br>.

5 Ver a seção sobre boas práticas neste subsídio.



3.4 CONTINUAR O CLAMOR

Embora tantas e louváveis mobilizações para fazer crescer a sensibilidade ecológica das populações para com o cuidado da casa comum, o Magistério a Igreja denuncia que “é ainda “insuficiente para mudar os hábitos nocivos de consumo, que não parecem diminuir” (LS 55). Não se pode perder de vista que “os poderes econômicos continuam a justificar o sistema mundial atual onde predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente” (LS 56).

E o Papa Francisco faz um alerta público ao caráter urgente da crise climática e onde repousam os principais motivos para a morosidade de uma reação política. Segundo o pontífice, a “submissão da política à tecnologia e às finanças” (LS 54) impede o desenvolvimento de uma noção de ecologia integral, um dos conceitos centrais que emergem da encíclica *Laudato si'*.

Francisco se pronuncia sobre a questão climática, a decadência ética do poder real, a fragilidade da política internacional, os progressos e falimentos das Conferências sobre o clima. E as palavras do pontífice inspiram o prosseguimento na “luta”, pois afirma: “Considere essencial insistir no fato de que buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial” (LD 57).

A continuação do pensamento do magistério da Igreja fez-se, mais recentemente público no discurso do observador permanente da Santa Sé nas Nações Unidas, em outubro de 2024, Dom Gabriele Caccia, reiterando o que o Papa Francisco afirmou em sua exortação apostólica *Laudate Deum*. Entre os pontos abordados, o Magistério continua insistindo no fato de que os efeitos da mudança climática são devastadores, que o homem deve respeitar as leis da natureza, existe uma corresponsabilidade, solidariedade, a necessidade de uma mudança cultural, a proteção ambiental e respeito aos povos indígenas (Vatican, 2024).

O apóstolo Paulo afirma que “toda a criação geme e suporta angústias como em dores de parto até agora” (Rm 8,22). Nossa casa comum manifesta seu sofrimento através das mudanças climáticas, do desmatamento e da poluição - um verdadeiro parto doloroso que clama por uma nova consciência ecológica. O compromisso com a ecologia integral não é uma opção, mas uma dimensão essencial da missão evangelizadora contemporânea.

Os comunicadores, como porta-vozes desta realidade, têm a missão profética de amplificar estes gemidos da criação, traduzindo-os em narrativas que despertem a humanidade para uma conversão ecológica integral. Assim como uma mãe que dá à luz uma nova vida após as dores do parto, a comunicação comprometida com a ecologia integral pode gerar uma nova forma de relacionamento entre os seres humanos e toda a criação, fundamentada no cuidado e na interdependência que nos une como família universal.



3.5 VAMOS COMUNICAR?

1 Ler a encíclica *Laudato si'* do Papa Francisco:

- ✓ Forme um grupo de estudos para discutir a encíclica em conjunto, aprofundando a compreensão do tema.
- ✓ Compartilhe trechos marcantes da encíclica nas redes sociais, utilizando hashtags relevantes como #LaudatoSi, #EcologiaIntegral, #CuidarDaCasaComum.

2 Produzir um texto sobre a “conversão ecológica”:

- ✓ O texto pode abordar os desafios da crise ecológica e a necessidade de uma mudança de estilo de vida, com base na encíclica *Laudato si'*.
- ✓ O texto pode ser publicado em blogs, sites ou jornais da comunidade, para ampliar o alcance da mensagem.

3 Produzir um cartaz com a frase “Tudo está interligado”:

- ✓ O cartaz pode apresentar imagens que ilustrem a interconexão entre os seres humanos e a natureza.
- ✓ O cartaz pode ser colocado em locais de grande circulação, como escolas, igrejas e centros comunitários.

4 Fazer um vídeo de poucos minutos sobre o tema “O cuidado da Casa Comum”:

- ✓ O vídeo pode apresentar exemplos de ações práticas que contribuam para o cuidado com o meio ambiente, como a coleta seletiva, o uso consciente da água e da energia, e o consumo responsável.
- ✓ O vídeo pode ser divulgado nas redes sociais e em plataformas de compartilhamento de vídeos.



COMUNICAÇÃO E ECOLOGIA INTEGRAL

Levando em conta o magistério da Igreja, a comunicação também deve ser considerada como parte fundamental da construção de uma ecologia integral, tanto como ambiente de formação dos valores que dão base para uma consciência ecológica e um ecossistema humano de relações, quanto como prática que pode fortalecer ou enfraquecer uma atitude e uma visão mais integradoras da vida humana em sociedade. Por isso, a relação entre comunicação e ecologia integral é extremamente relevante para o desenvolvimento dessa proposta holística do Papa Francisco manifesta na encíclica *Laudato si'*.

Francisco entende a comunicação como uma ação propriamente ecológica, não apenas humana, muito menos antropocêntrica, mas que envolve e liga os entes e agentes da Terra, quer humanos, quer não humanos, em um mesmo *oikos*. Se nos comunicamos, é porque compartilhamos uma mesma “ecologia comunicacional” com vários outros seres e tecnologias (Sbardelotto, 2020). A comunicação é entendida pelo papa como uma ação ampla e difusa por toda a Criação, pois o próprio universo é “composto por sistemas abertos que entram em comunicação uns com os outros” (LS 79).

Vamos refletir sobre esse vínculo entre comunicação e ecologia a partir de três conceitos-chave para compreender a realidade contemporânea: a ecologia das mídias, o paradigma tecnocrático e o seu impacto ambiental.



4.1 ECOLOGIA DAS MÍDIAS

Nesse sentido, as mídias não devem mais ser vistas como meio ou mesmo centro de comunicação, mas como ambiente que nos circunda sem que nós sequer percebamos, e é



exatamente isso que o torna tão potente, a presença das mídias passa a integrar os cenários do nosso cotidiano sem ser notada (Martino, 2019). A mídia nos cerca como o ar que respiramos e se constitui como elemento essencial no complexo ecossistema que vivemos.

O estudo da ecologia das mídias, iniciado nos Estados Unidos por volta dos anos 1950, teve como ícone o célebre Marshall McLuhan, que ficou conhecido pela sua máxima: *o meio é a mensagem*. Essa corrente de investigação não se preocupa apenas com a dimensão técnica e tecnologias à nossa disposição, mas amplia o horizonte de reflexão para entender as consequências globais, as mudanças nos contextos sócio-políticos, nas produções de sentido e nas culturas geradas pelos hábitos midiáticos.

A introdução da escrita, da imprensa, do telégrafo, do rádio, do automóvel, da televisão ou da internet nos afeta de modos mais profundos do que meramente a nossa capacidade de enviar mensagens. Afeta, também, os modos como entendemos o mundo, e o próprio significado que palavras como “distância”, “velocidade”, “cidadania”, “direito”, “democracia”, “poder”, “informação” e “sociedade” passam a ter”, (Martino, 2019, p.16).

A ecologia das mídias, termo e disciplina transdisciplinar criada por Neil Postman, volta-se à reflexão dessa relação entre o ser humano e as tecnologias de informação e comunicação. Ela nos faz tomar consciência de que nossa vida é um entrelaçamento de contextos e relações sociais, culturais e tecnológicas, num movimento de contínua inter-relação e transformação recíproca. Postman (2000) explica que vivemos em dois tipos de ambientes que moldam quem nós somos: o *natural*, composto pelos elementos da natureza – terra, água, ar, plantas, animais etc.; e o *midiático*, constituído por símbolos, linguagem, técnicas e máquinas.

Como o Papa Francisco (2020) escreve, nossa vida é tecida por histórias, nossas histórias e as histórias das pessoas que nos cercam: “Na confusão das vozes e mensagens que nos rodeiam, temos necessidade duma narração humana, que nos [...] conte a nossa participação num tecido vivo, revele o entrançado dos fios pelos quais estamos ligados uns aos outros”. As mídias sociais são exemplos justamente destes ambientes tecidos pelas histórias compartilhadas por diversas pessoas.

As redes sociais não são invenção do digital, em todo lugar que cultivamos relações, formamos redes sociais, seja no ambiente familiar, escolar ou profissional. No entanto, as mídias digitais despertaram nossa consciência para a interconexão e interdependência que formamos globalmente: “fazemos parte de um organismo vivo, parte de uma rede viva da qual dependemos e à qual estamos sempre conectados” (Felice, 2021). Como Francisco diz na *Laudato si'*, estamos interligados uns com os outros e com toda a criação.

Esses mais de 50 anos de revolução digital conduziram a crescente integração entre ambiente social, físico e digital, gerando o que chamamos de espaço *figital*. Silvio Meira

(2021) explica que a realidade possui atualmente três dimensões: a física, a digital e a social. Enquanto muitas pessoas imaginaram que o futuro da sociedade e dos negócios era puramente digital, Meira e outros pesquisadores se deram conta de que, desde o início da transformação digital, o mundo caminha para o *figital*, isto é, para o entrelaçamento intenso e complexo das experiências físicas e digitais fomentadas pelas mudanças nas formas de interação social contemporâneas em tempo quase real e em presença quase ubíqua.

Ao mesmo tempo que os ambientes estão mais integrados e as pessoas mais interconectadas, cresce paradoxalmente o isolamento, a solidão e diferentes formas de expressar ódio e intolerância. Essa nova e complexa experiência do real, marcada pelo ecossistema *figital* não traz apenas consequências positivas para a sociedade e para o meio ambiente como a facilidade de acesso à informação e a comunicação além fronteiras, gera também efeitos negativos tais como o paradigma tecnocrático e o acúmulo de lixo eletrônico.



4.2 PARADIGMA TECNOCRÁTICO

Vivemos hoje num paradigma tecnocrático que consiste em confundir o avanço tecnológico com o progresso humano, colocando a eficiência técnica acima de dimensões fundamentais da vida, como os valores éticos, sociais e ecológicos. Isso está tornando a realidade humana altamente dependente da técnica, ou pior, totalmente dominada por ela. Essa visão de mundo distorcida não é capaz de perceber o impacto disso nas relações interpessoais, na própria cultura e natureza.

Papa Francisco faz “a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia” (LS 16). Ele dedica o terceiro capítulo da *Laudato si’* para refletir sobre o paradigma tecnocrático como uma das principais raízes humanas da crise ecológica atual.

O equívoco começa na concepção de que o desenvolvimento tecnológico e econômico sejam sinônimos de evolução e bem-estar humanos. Ao contrário, nota-se a falta de maturidade humana no uso inconsequente do poderio técnico “porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência” (LS 105). Como resultado, a humanidade muitas vezes fecha os olhos para gravidade dos desafios que enfrenta, permitindo o uso abusivo dos recursos tecnológicos.

Francisco aponta para uma questão ainda mais crucial: a forma como os seres humanos assumiram o paradigma tecnocrático como única saída e futuro. Esse modelo baseia-se na ideia de que o ser humano, como sujeito, deve dominar o objeto externo por meio



do método científico e da experimentação. Tal postura não considera os impactos éticos e ambientais dessa lógica de domínio, que enxerga a natureza apenas como um recurso a ser manipulado, apropriado e explorado (LS 106).

O paradigma tecnocientífico não somente define o caminho metodológico das ciências, mas ainda condiciona a sociedade e a vida humana em geral. A aplicação desse modelo a todas as esferas da realidade contribui para a degradação ambiental e social. Contudo, os danos ecológicos são apenas o indício de um reducionismo mais amplo que limita as diversas expressões e dimensões humanas. Isso demonstra que as produções tecnológicas não são neutras; elas foram projetadas intencionalmente para estabelecer padrões e estilos de vida, que acabam por ampliar desigualdades e favorecer interesses de grupos específicos. Atualmente, o paradigma tecnocrático domina de tal forma que é extremamente difícil escapar à sua lógica ou utilizar seus recursos sem se submeter às suas dinâmicas. Esse enfoque dominador reduz a liberdade, a capacidade de decisão e de elaboração de alternativas criativas, limitando a autonomia dos indivíduos (LS 107-108).

Diante dos perigos crescentes desse paradigma, torna-se essencial estabelecer um sistema normativo que imponha limites claros e assegure a proteção dos ecossistemas. Somente com a definição de fronteiras invioláveis será possível proteger a integridade da criação e preservar os valores humanos fundamentais de justiça e liberdade. (LS 53).



4.3 IMPACTO AMBIENTAL: LIXOS TECNOLÓGICOS

Outra seqüela negativa da comunicação digital e do paradigma tecnocrático é o lixo tecnológico gerado por esse ciclo rápido de consumo e descarte. Não podemos mais considerar as máquinas e objetos tecnológicos como bens duráveis, seja por serem projetados para ter uma vida útil menor ou por rapidamente serem superados pelas suas novas e melhores versões. “Estes problemas estão intimamente ligados à cultura do descarte, que afeta tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo” (LS 22).

Quando os resíduos eletrônicos não são tratados, reciclados ou descartados de forma adequada, acabam em aterros ou lixões e, com o tempo, liberam substâncias tóxicas que poluem o solo, contaminam os lençóis freáticos e prejudicam a qualidade do ar. Isso tem consequências graves na saúde das plantas, dos animais, e especialmente dos seres humanos, causando problemas respiratórios, neurológicos, hormonais e mesmo o desenvolvimento de células cancerígenas.

A falta de cuidado com o lixo é um problema mundial e até universal, pois estamos exportando toneladas de resíduos para fora do planeta. As paisagens estão se modificando em diversas regiões mais pobres do globo, tornando-se lixões a céu aberto recebendo os detritos e entulhos dos países desenvolvidos. A pesquisa Global E-Waste Monitor (2020) mostra que o Brasil é o maior produtor de lixo tecnológico da América Latina, produzindo cerca de 2,1 milhões de toneladas de resíduos eletrônicos e reciclando apenas 3% disso.

Os principais desafios encontrados para o desenvolvimento de políticas públicas para resolver este problema é a falta de consciência ecológica da população brasileira, a infraestrutura limitada para o processo de reciclagem em todo o território nacional e a informalidade do sistema de reciclagem que expõe a saúde dos trabalhadores a sérios riscos. A adoção e o aperfeiçoamento de uma gestão sustentável de resíduos, que inclua políticas públicas, incentivos à economia circular, educação ambiental e tecnologias de reciclagem, é crucial para reduzir os impactos do lixo eletrônico sobre os ecossistemas. A comunicação pode ajudar na construção de uma ecologia integral, especialmente no processo de educação e conscientização para o cuidado do meio ambiente.



4.4 CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO PARA A ECOLOGIA INTEGRAL

“Não há ecologia sem uma adequada antropologia” (LS 118). A formação da consciência para uma mudança de paradigma ético ecológico começa por um bom processo de comunicação. “Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais” (LS 119). Para curar as relações humanas, é necessário investir energia e tempo em aproximar-se e ver a realidade das pessoas, escutá-las com atenção para só depois falar com o coração e ter um diálogo realmente fecundo.

Com sua função informativa, a comunicação deve denunciar os efeitos negativos do paradigma tecnocrático. Com seu potencial formativo, a comunicação pode promover valores como o cuidado e a responsabilidade pela nossa casa comum, bem como impulsionar o diálogo e a cultura do encontro entre diferentes esferas da sociedade a fim de descobrir soluções conjuntas e sustentáveis para as crises que afetam o planeta. Além disso, uma comunicação fundamentada no bem comum e voltada à transformação social busca desenvolver uma ética e redes de informação responsáveis que auxiliam no combate às *fake news* ambientais, colaborando para a concretização da ecologia integral sonhada por Francisco.



4.5 VAMOS COMUNICAR

1 Inspirar e mobilizar

- ✓ Organize um concurso de fotografia ou desenho com o tema “Belezas da nossa comunidade”, incentive os moradores a registrar a natureza local e premie as melhores fotos ou desenhos.
- ✓ Crie um mural comunitário com fotos e histórias de pessoas que contribuem para a ecologia integral, valorize as ações e os projetos que já estão acontecendo na comunidade.
- ✓ Promova uma “feira de trocas” de objetos usados, mudas de plantas e alimentos orgânicos, incentive a reutilização, o consumo consciente e a economia solidária.

2 Conectar e fortalecer

- ✓ Crie um grupo no WhatsApp ou Telegram para compartilhar informações sobre eventos, projetos e ações relacionadas à ecologia integral, facilite a comunicação e a organização da comunidade.
- ✓ Organize um “piquenique comunitário” em um parque ou área verde da região, promovendo a convivência e o contato com a natureza.
- ✓ Convide moradores com habilidades em jardinagem, artesanato ou culinária para oferecer oficinas gratuitas para a comunidade, estimule a troca de saberes e o aprendizado conjunto.



3 Promover o diálogo e a inclusão

- ✓ Organize um “cine debate” com filmes e documentários sobre ecologia integral, promova a discussão e a reflexão sobre os desafios e as soluções para a crise ecológica.
- ✓ Crie um “varal de histórias” onde moradores possam compartilhar suas experiências e visões sobre a ecologia integral, incentive a expressão e a troca de narrativas.
- ✓ Realize uma “roda de conversa” com líderes comunitários, representantes de diferentes grupos sociais e moradores para discutir os desafios da ecologia integral na comunidade, promova o diálogo e a busca por soluções conjuntas.

4 Desenvolver o senso crítico

- ✓ Organize uma oficina de “checagem de fatos” para ensinar pessoas a identificar notícias falsas e informações manipuladoras, promova o consumo consciente da informação e o combate à desinformação.
- ✓ Convide uma pessoa especialista em tecnologia para falar sobre os impactos do consumo excessivo de eletrônicos e como reduzir o lixo tecnológico, incentive o consumo consciente e a reutilização de equipamentos.
- ✓ Crie um “club de leitura” para discutir livros e artigos sobre ecologia integral, promova a leitura crítica e o debate sobre diferentes perspectivas e abordagens do tema.



COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A comunicação para a transformação social é um processo vivo e dinâmico, fundamentado no diálogo, na tolerância, no respeito, na equidade, na justiça social e na participação ativa de todas as pessoas. Mais do que um instrumento técnico, ela se apresenta como uma ferramenta essencial para ampliar horizontes, fortalecer vínculos comunitários e promover mudanças em contextos marcados por desigualdades e injustiças sociais.

Essa abordagem comunicativa, funciona como um grito de denúncia e reivindicação das vozes historicamente silenciadas, rompendo com estruturas de poder excludentes e promovendo processos de organização social. Essa perspectiva está profundamente alinhada aos valores de equidade, sustentabilidade e justiça social que fundamentam o conceito de ecologia integral.

No contexto do 14º Muticom, a ecologia integral emerge como um princípio norteador das reflexões e práticas comunicativas. Esse conceito propõe uma visão ampla e integrada da comunicação como ferramenta de transformação. Sob essa ótica, a comunicação transcende seu papel técnico e instrumental, afirmando-se como um processo estratégico para a construção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável.

Ampliar o olhar sobre a comunicação para além de seus meios e técnicas exige considerar sua dimensão enquanto processo social. Essa perspectiva destaca que as populações, mesmo em situações de maior vulnerabilidade, não são meras receptoras passivas das narrativas dominantes. Elas resistem, criam formas alternativas de comunicação e reformulam mensagens de maneira criativa e crítica. Essa resistência transforma-se em uma ferramenta poderosa para enfrentar discursos hegemônicos, promover práticas inclusivas e construir narrativas comprometidas com a sustentabilidade e a justiça social.

Nesse contexto, os movimentos e organizações da sociedade civil encontram na comunicação uma chave para incidir em debates e ações transformadoras. Longe de se limitar à disseminação de informações, a comunicação atua como catalisadora de mudanças que reorganizam estruturas sociais e ampliam os direitos das populações historicamente marginalizadas.

Buscamos aqui refletir sobre essa tendência da comunicação para a transformação social, analisando suas bases conceituais e articulações dentro do campo comunicacional. Para isso, recorreremos aos estudos de autores como Jan Servaes (2000), Alfonso Gumucio Dagron (2011) e Cílicia Maria Krohling Peruzzo (2009, 2014), que oferecem um panorama abrangente e profundamente ancorado no contexto latino-americano.



5.1 COMPREENDENDO AS BASES CONCEITUAIS

Mais do que uma prática comunicativa, a comunicação para a transformação social é uma abordagem que reconhece e potencializa a capacidade da comunicação em promover mudanças estruturais em contextos sociais desiguais e em desafios estruturais. Para compreender plenamente essa perspectiva, é essencial revisitar a relação histórica entre comunicação e os modelos de desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Jan Servaes (2000), dois grandes modelos emergiram no debate sobre comunicação e desenvolvimento: o modelo difusionista e o modelo participativo. Cada um reflete abordagens distintas em relação ao papel e à finalidade da comunicação nos processos de transformação social.

O modelo difusionista, predominante em meados do século XX, caracterizou-se por compreender a comunicação como um mecanismo linear de transferência de informações entre emissores e receptores. Segundo Servaes (2000), esse modelo está alicerçado em três pilares principais:

Primeiro, porque identificavam a comunicação como a transferência de informação (o estímulo) e eram a favor da metodologia empírica, estabelecendo assim os fundamentos da comunicologia como ciência distinta e legítima. Em segundo lugar, os teóricos se concentraram na eficiência ou nos efeitos da comunicação (resposta), mantendo vastas promessas de manipulação ou controle de destinatários de mensagens com interesses diversos. Finalmente, o modelo de comunicação se desenvolve intimamente com a natureza e os mecanismos da mídia ou comunicação de massa, uma força emergente e poderosa naquele momento. (Servaes, 2000, p. 16).

No entanto, como aponta Peruzzo (2014, p. 178), o modelo difusionista limitava-se a uma relação unilateral e hierárquica, na qual a comunicação era utilizada como vetor de modernização, com pouca ou nenhuma consideração às realidades locais.

Essa abordagem refletia uma visão eurocêntrica e imperialista, que promovia a exportação de conteúdos culturais e ideológicos dos Estados Unidos e da Europa para os países considerados “atrasados”. Assim, os meios de comunicação não apenas informavam, mas também moldavam hábitos culturais e padrões de comportamento.

Em oposição ao difusionismo, o modelo participativo centra-se no princípio da multiplicidade e no fortalecimento das identidades culturais locais. Este modelo valoriza a participação democrática e a autonomia das comunidades nos processos comunicativos, promovendo o protagonismo popular e a descentralização das decisões.

Conforme Servaes (2000, p. 20), o modelo participativo defende a democratização e a pluralidade em todos os níveis: internacional, nacional, local e individual. Nesse contexto, a figura de Paulo Freire destaca-se como um dos principais expoentes, ao propor a comunicação dialógica como ferramenta de emancipação e transformação das estruturas de poder. Freire inspirou diversos pesquisadores latino-americanos, como Luiz Ramiro Beltrán, Mário Kaplún e José Marques de Melo que fortaleceram as bases teóricas da comunicação como processo de mudança social.

A comunicação participativa, associada a essa nova perspectiva de desenvolvimento, é entendida como um facilitador de processos coletivos que promovem transformação social. Peruzzo (2014, p. 181) destaca que essa abordagem valoriza a participação direta e o poder de decisão das comunidades locais, especialmente em iniciativas de intervenção comunitária e no planejamento comunicacional.

Portanto, a comunicação participativa, ao promover a equidade e a valorização das identidades locais, reafirma seu papel como uma ferramenta essencial para a construção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo. Mais do que um simples mecanismo, ela se estabelece como um espaço de resistência, diálogo e transformação, representando um caminho estratégico para enfrentar os desafios contemporâneos de desigualdade e degradação ambiental.

Nessa direção, Alfonso Gumucio Dagron (2011) identifica cinco condições fundamentais para que a comunicação transformadora gere incidência social, destacando sua capacidade de engajamento e impacto comunitário:

- 1 Participação comunitária e apropriação** – “Uma condição indispensável para a comunicação para a transformação social é a participação democrática e a apropriação dos processos de produção e dos conteúdos comunicacionais” (Dagron, 2011, p. 34). A participação ativa dos indivíduos e comunidades é o alicerce da comunicação transformadora, garantindo que as mensagens e processos estejam enraizados nas realidades locais e representem os interesses das populações envolvidas.

- 2 Valorização cultural e linguística** – “Os processos de comunicação não podem ignorar as particularidades de cada cultura e de cada língua; pelo contrário, devem apoiar-se nelas para legitimar-se” (Dagron, 2011, p. 34). O reconhecimento das diversidades culturais e linguísticas não é apenas um gesto de respeito, mas uma estratégia para fortalecer a legitimidade e a eficácia dos processos comunicativos.
- 3 Geração de conteúdos locais** – “A comunicação para a transformação social fortalece o saber comunitário e promove o intercâmbio de conhecimentos equivalentes” (Dagron, 2011, p. 34). A valorização do saber local e a promoção de conteúdos produzidos pelas próprias comunidades criam um ciclo de conhecimento que respeita e sustenta a autonomia das populações, enriquecendo as iniciativas comunicacionais.
- 4 Uso de tecnologias apropriadas** – “A mistificação da tecnologia acima da capacidade humana leva a distorções. A comunicação para a transformação social promove os processos e não os instrumentos” (Dagron, 2011, p. 34). Aqui, o foco está no uso consciente de tecnologias, priorizando ferramentas acessíveis e adaptáveis, que potencializem os processos comunicativos sem subordinar os objetivos às limitações ou exigências tecnológicas.
- 5 Trabalho em rede** – “A comunicação para a transformação social promove o diálogo e o debate, não se isola no processo de comunicação [...] A comunicação em rede contribui e consolida os processos e o intercâmbio os enriquece” (Dagron, 2011, p. 35). A criação de redes de comunicação reforça o diálogo e facilita o compartilhamento de experiências, construindo pontes entre diferentes atores e ampliando o alcance e a profundidade das ações comunicativas.

Essas características delineadas por Dagron (2011) conectam diretamente a comunicação para a transformação social ao conceito de ecologia integral. Essa abordagem reconhece que os processos comunicativos não devem apenas informar, mas também inspirar mudanças estruturais, considerando a interdependência entre justiça social, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental.

Assim, a comunicação para a transformação social transcende a dimensão instrumental, configurando-se como uma prática que promove o bem-estar social, incentiva a autonomia dos povos e contribui para a construção de um futuro mais equilibrado, ético e inclusivo. Ao alinhar-se à ecologia integral, ela oferece uma base sólida para enfrentar os desafios contemporâneos, unindo o compromisso com a preservação ambiental à luta por equidade e justiça social.



5.2 ARTICULAÇÕES DENTRO DO CAMPO COMUNICACIONAL

A comunicação para a transformação social articula-se de forma direta com os princípios da ecologia integral, oferecendo uma abordagem holística e interconectada para enfrentar os desafios contemporâneos. Essa conexão torna-se evidente nas características delineadas por Dagrón (2011), que destacam elementos fundamentais para a comunicação transformadora e reforçam seu papel estratégico na promoção de justiça social e sustentabilidade.

Diversas abordagens teóricas como comunicação popular, alternativa, comunitária, educomunicação e democratização da comunicação convergem para esses princípios, formando um arcabouço teórico que dialoga diretamente com os fundamentos da ecologia integral (Alvarenga, 2021). Cada uma dessas vertentes contribui para a construção de narrativas que priorizam a equidade, a preservação ambiental e a valorização da diversidade cultural, reafirmando a comunicação como prática central para a transformação social.

A comunicação popular emerge, conforme afirma Regina Festa (1986), de movimentos operários e sindicais, consolidando-se em iniciativas comunitárias que buscam democratizar o acesso à informação e à expressão. Esses modelos de comunicação desafiam as narrativas convencionais e são moldados pelas demandas das comunidades locais, desviando-se das práticas manipulativas que caracterizam os grandes conglomerados midiáticos.

A comunicação alternativa, por sua vez, posiciona-se como uma contranarrativa às mídias tradicionais. Peruzzo (2009) observa que essa abordagem cria espaços plurais que questionam as estruturas de poder, promovendo práticas comunicativas mais democráticas e comprometidas com questões socioambientais. Ao abordar a interseção entre justiça social e ambiental, a comunicação alternativa encontra ressonância nos princípios da ecologia integral, promovendo ações que integram sustentabilidade ecológica e diversidade cultural.

A comunicação comunitária, frequentemente ligada a movimentos sociais, reflete as transformações sociopolíticas globais, conforme destacam Raquel Paiva e Marcelo Gabbay (2014, p. 44). No Brasil, essa abordagem assumiu contornos eminentemente políticos, ganhando relevância em iniciativas locais e regionais. Peruzzo (2009, p. 140) define a comunicação comunitária como processos que envolvem a participação ativa e horizontal dos cidadãos, atendendo diretamente às necessidades locais e promovendo maior integração e protagonismo social.

Ao conectar comunidades e estimular a construção de narrativas locais, a comunicação comunitária valoriza a identidade coletiva e contribui para a autonomia dos sujeitos.

Essa prática está alinhada com os princípios da ecologia integral, promovendo a interdependência e a solidariedade como valores fundamentais para um futuro sustentável.

A educomunicação, conceito amplamente desenvolvido no Brasil, integra comunicação e educação para promover consciência crítica e participação cidadã. Segundo Adilson Citelli (2014), a educomunicação transcende o uso técnico de ferramentas comunicativas, configurando-se como um ecossistema que potencializa práticas educativas e comunicacionais voltadas para a transformação social e a sustentabilidade.

Essa abordagem enfatiza o papel mediador da comunicação em processos educacionais, ampliando o impacto social e ambiental das iniciativas. Sob a perspectiva da ecologia integral, a educomunicação reforça a necessidade de criar ecossistemas de comunicação que estimulem o diálogo, a aprendizagem coletiva e a ação transformadora.

A democratização da comunicação emerge como uma bandeira essencial para garantir acesso igualitário à informação e participação ativa nas políticas comunicativas. Esse debate, fortemente influenciado pelo *Relatório McBride*, evidencia as barreiras estruturais que dificultam a democratização da comunicação, como a concentração de poder midiático.

Superar essas barreiras requer criar espaços que favoreçam a inclusão, a pluralidade e a participação ativa, promovendo uma comunicação mais alinhada aos princípios de justiça social. A democratização da comunicação, nesse contexto, é um elemento central para fortalecer a cidadania e promover práticas comunicativas mais inclusivas.

A integração da comunicação para a transformação social à ecologia integral oferece uma abordagem inovadora e necessária para enfrentar os desafios globais de desigualdade, degradação ambiental e exclusão social. Ao priorizar narrativas inclusivas, fortalecer identidades culturais e incentivar a participação democrática, essa perspectiva amplia a interconexão entre relações sociais, culturais e ambientais, promovendo um diálogo contínuo e transformador.

A comunicação, alinhada à ecologia integral, não se limita a informar, mas inspira mudanças estruturais que respeitam a interdependência entre pessoas e meio ambiente. Essa integração reforça o papel estratégico da comunicação como ferramenta de resistência, reconstrução e fortalecimento de processos sociais voltados para um futuro mais justo, solidário e sustentável.

Dessa forma, a comunicação para a transformação social consolida-se como um instrumento essencial para a construção de uma sociedade que integre cuidado ambiental, justiça social e valorização da dignidade humana. Ao promover práticas comunicativas que enfatizam o diálogo, a formação crítica e a democratização, ela não apenas amplia as possibilidades de participação, mas também oferece soluções concretas para os desafios contemporâneos, reafirmando seu papel como força motriz na luta por um mundo mais justo e sustentável.



VAMOS COMUNICAR

1 Inspirar e mobilizar

- ✓ Crie murais artísticos em espaços públicos com mensagens inspiradoras sobre a ecologia integral e a transformação social. Utilize a arte como forma de expressão e sensibilização, despertando a atenção para a importância da participação e da ação coletiva no cuidado com a nossa Casa Comum.
- ✓ Organize concursos de poesia, música e fotografia com o tema da ecologia integral. Incentive a produção artística e cultural como forma de expressão e mobilização social.
- ✓ Compartilhe exemplos de iniciativas que promovem a sustentabilidade, a justiça social e o cuidado com a Casa Comum, mostrando como a ação individual e coletiva pode gerar impacto positivo na comunidade.

2 Conectar e fortalecer

- ✓ Fortaleça a comunidade e promova a ecologia integral com atividades em grupo como workshops, mutirões de limpeza, visitas a áreas de preservação ambiental e oficinas de permacultura.
- ✓ Incentive a troca de saberes, a colaboração e o desenvolvimento de projetos conjuntos entre os moradores, fortalecendo a comunidade e promovendo a autonomia local.
- ✓ Desenvolva campanhas de comunicação que valorizem a diversidade e a riqueza das culturas e dos saberes tradicionais.



3 Promover o diálogo e a inclusão

- ✓ Promova a participação de representantes de diferentes setores da sociedade, como o governo, as empresas, as universidades, as ONGs, os movimentos sociais e os moradores, incentivando a troca de experiências, a escuta ativa e a co-criação de soluções para os desafios socioambientais.
- ✓ Produza materiais informativos e educativos em diferentes mídias, como vídeos, podcasts, animações, jogos, cartilhas, folders e peças de teatro, que sejam acessíveis e atrativos para diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e grupos sociais.
- ✓ Realize encontros comunitários para discutir temas relevantes à ecologia integral e à construção de uma sociedade mais justa e sustentável, promovendo a participação e a colaboração de todos.

4 Desenvolver o senso crítico

- Ensine as pessoas a identificarem e analisar criticamente as mensagens e os conteúdos que circulam nas redes sociais e nos meios de comunicação tradicionais, por meio de oficinas, palestras, cursos e debates.
- Mostre como a tecnologia pode ser utilizada de forma crítica e consciente, a serviço do bem comum e da ecologia integral, incentivando o consumo consciente, a reutilização de equipamentos e o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis.
- Apoie a criação de blogs, sites, redes sociais, canais de vídeo, jornais comunitários e outras plataformas que abordem temas relacionados à sustentabilidade, à justiça social, à participação cidadã e ao cuidado com a Casa Comum.



COMUNICAÇÃO EM DEFESA DA SUSTENTABILIDADE JUSTA

Os processos comunicacionais podem atuar na promoção e na defesa ou na desconstrução e na destruição de um meio ambiente sustentável. O jornalismo, a publicidade, o teatro e o cinema, o turismo, as trocas nas mídias sociais podem oferecer informação, estímulo ao consumo, sociabilidade, lazer e entretenimento, em perspectiva libertadora, alimentados pela conscientização dos direitos ambientais e dos deveres que cada indivíduo, grupo social e instituições públicas e privadas têm para com a sustentabilidade. No entanto, estes mesmos processos de comunicação podem oferecer conteúdo nocivo que acaba por promover desinformação, discursos de ódio e negacionismo ambiental.

Entre as tarefas mais importantes para comunicadores e comunicadoras comprometidos com a ecologia integral, que preza pela transformação e a sustentabilidade, estão o enfrentamento da comunicação nociva ao meio ambiente, a confrontação da poluição informacional bem como a promoção do jornalismo ambiental e da comunicação de crise que salva vidas.



6.1 ENFRENTAR A COMUNICAÇÃO NOCIVA AO MEIO AMBIENTE

A **desinformação ambiental** tornou-se um problema crescente nas duas primeiras décadas do século 21, muito especialmente por conta do avanço das tecnologias de comunicação digital. A ampla conexão com as mídias sociais, embora tenha facilitado o acesso

à muitas fontes de informação, também amplificou a propagação de conteúdo falso e distorcido sobre questões ambientais. As informações enganosas, amplamente disseminadas pelas plataformas digitais, podem ser prejudiciais, uma vez que distorcem a realidade e dificultam a compreensão pública sobre a gravidade de questões como a crise climática, a perda de biodiversidade e a poluição.

Uma das principais formas de desinformação ambiental é o negacionismo – a negação ou a minimização de abordagens científicas amplamente comprovadas. Por exemplo, grupos contrários à ação contra a crise climática frequentemente disseminam conteúdo que questiona a validade dos estudos sobre o aquecimento global, usando dados fora de contexto ou criando argumentos pseudocientíficos. Isso não só confunde a população, mas também enfraquece as iniciativas políticas e sociais voltadas para a proteção ambiental, ao gerar uma atmosfera de incerteza e de descrédito em relação às evidências científicas.

Outro exemplo: um “grupo de fachada” dissolvido em 2022 que reunia grandes empresas petrolíferas associadas à indústria dos combustíveis fósseis, denominado Coalizão para o Clima Global, junto com a Shell, Exxon Mobil e BP, foi acusado, nos Estados Unidos, de promover campanhas de descrédito contra cientistas do clima e de omitir investimentos em combustíveis fósseis por meio de lobbies e de propaganda com mensagens positivas desde os anos 1970 (Deutsche Welle, 2024).

A desinformação ambiental também diz respeito à divulgação de informações erradas sobre o impacto de políticas públicas, como barreiras ao uso de agrotóxicos ou ao desmatamento. Em muitos casos, interesses econômicos, como os de grandes corporações e do agronegócio, financiam campanhas de desinformação para manipular a opinião pública e proteger seus lucros. Esses esforços não só enganam os cidadãos, mas também criam obstáculos para a implementação de regulamentações mais rígidas e eficazes, que poderiam minimizar danos ao meio ambiente e à saúde humana.

A esta perspectiva se soma **a poluição ou desordem informacional**. É um fenômeno crescente na contemporaneidade, impulsionado principalmente pela abundância de informações geradas e compartilhadas diariamente por meio de plataformas digitais (Wardle & Derakhshan, 2023).

Esse tipo de poluição/desordem ocorre quando a quantidade excessiva de dados, muitas vezes imprecisos ou irrelevantes, cria um ambiente saturado de informações, o que dificulta a capacidade das pessoas de processar e filtrar o que é realmente importante. Em um mundo onde as notícias circulam rapidamente e as mídias sociais se tornaram a principal fonte de informação para muitas pessoas, a poluição informacional se espalha sem controle, comprometendo a qualidade da comunicação e afetando a tomada de decisões.

Uma das principais características da poluição/desordem informacional é a difusão de informações falsas ou distorcidas, que acabam ocupando um espaço significativo no

campo da comunicação. Conteúdo falso ou enganoso, popularmente conhecido como *fake news*, é um exemplo forte desse tipo de contaminação, uma vez que se espalha rapidamente por meio de plataformas como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Telegram e WhatsApp, pela falta de uma verificação adequada. Essas informações, independentemente de sua origem, contribuem para um caos informativo, criando confusão e desinformação entre os indivíduos.

Este caos da poluição/desordem informacional fez emergir o fenômeno da “infodemia”, que é a superabundância de informações sobre um determinado tema, especialmente quando se trata de crises de saúde pública ou eventos globais (Posetti & Bontcheva, 2020). O termo emergiu de estudos durante a pandemia de covid-19, quando houve a intensificação de conteúdos contraditórios, muitas vezes, baseados em especulações e teorias não comprovadas. Essa sobrecarga de informações conflitantes dificultou a compreensão do público sobre as medidas de prevenção e a confiança nas autoridades sanitárias, gerando pânico, comportamentos irracionais e, de forma dramática, muitas mortes.

A poluição/desordem informacional também pode ser alimentada por algoritmos de recomendação que priorizam conteúdos sensacionalistas ou polarizadores ao extremo, em detrimento de informações mais equilibradas e fundamentadas. As plataformas digitais, que utilizam esses algoritmos para engajar os usuários, incentivam o compartilhamento de postagens que geram emoções fortes, como raiva ou medo. Isso não apenas aumenta a circulação de conteúdos falsos e enganosos, mas também cria bolhas de filtro, pelas quais as pessoas acabam recebendo apenas informações que confirmam suas crenças preexistentes, o que reforça a desinformação e divide ainda mais a sociedade.

Para superação dos efeitos da desinformação, do negacionismo e da poluição/desordem informacional é necessário um esforço conjunto entre governos, organizações de mídia e plataformas digitais. A educação midiática também é fundamental para capacitar as pessoas a desenvolverem habilidades de análise crítica, permitindo que elas distingam entre informações confiáveis e enganosas.

Além disso, as plataformas de redes sociais precisam adotar práticas mais rigorosas de moderação de conteúdo e transparência em seus algoritmos. Ao mesmo tempo, a sociedade deve promover uma cultura de responsabilidade na criação e disseminação de informações, e reconhecer que a qualidade da informação é tão importante quanto a quantidade. Só assim será possível confrontar a poluição/desordem informacional e preservar a integridade da comunicação entre pessoas, grupos e instituições.



6.2 PROMOVER A COMUNICAÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE

Entre as frentes de ação por uma comunicação que preza a ecologia integral, está o **jornalismo ambiental**. Ele desempenha um papel crucial na conscientização pública sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, desde as mudanças climáticas até a conservação da biodiversidade. Com o aumento dos desafios ambientais globais, a função de jornalistas se expandiu não apenas para reportar eventos, como desastres naturais e políticas públicas, mas também para investigar e divulgar as causas e consequências dos problemas ambientais que afetam diferentes populações. A forma como as mídias abordam esses temas pode contribuir significativamente a percepção do público, mobilizando tanto a ação individual quanto coletiva para a preservação do planeta (Bueno, 2007).

Uma das principais funções do jornalismo ambiental é traduzir questões complexas e científicas para uma linguagem acessível ao público geral, permitindo que pessoas de diferentes contextos compreendam a magnitude dos problemas que o planeta enfrenta. Como um dos ramos do jornalismo especializado, o ambiental, ao explicar os impactos das atividades humanas no meio ambiente, deve mostrar a conexão entre fatores econômicos, sociais e ecológicos. Por exemplo, ao tratar o impacto do desmatamento na Amazônia, jornalistas devem não apenas relatar as perdas de áreas de floresta, mas também contextualizar os efeitos delas sobre o clima global, a vida em suas múltiplas formas e as comunidades locais.

Além de informar, o jornalismo ambiental tem a responsabilidade de investigar e revelar práticas prejudiciais ao meio ambiente, muitas vezes negligenciadas pela opinião pública ou mascaradas por interesses econômicos. A cobertura de grandes corporações ou governos envolvidos em atividades de poluição, exploração descontrolada dos recursos naturais ou negligência em relação à sustentabilidade é essencial para pressionar mudanças e garantir a responsabilização. A investigação jornalística pode expor casos de corrupção ambiental, como o envolvimento de empresas no desmatamento ilegal ou em vazamentos de substâncias tóxicas, ajudando a fortalecer a luta por políticas públicas mais eficazes e transparentes (Trigueiro, 2005).

No entanto, o jornalismo ambiental também enfrenta desafios consideráveis, como a escassez de recursos para cobrir adequadamente essas questões e o risco de sofrer pressões políticas e econômicas. Em muitos países, a cobertura ambiental é limitada ou superficial, devido à falta de investimentos em reportagens investigativas e ao foco nas pautas mais imediatas, na busca de audiência.

Além disso, o avanço da desinformação, especialmente em temas como as mudanças climáticas, dificulta o trabalho de jornalistas ambientais, que precisam não apenas di-

vulgar informações corretas, mas também confrontar a narrativa negacionista que se espalha rapidamente, principalmente nas mídias sociais.

Para que o jornalismo ambiental cumpra seu papel de forma eficaz, é essencial que os veículos de notícias invistam em profissionais bem capacitados e em parcerias com cientistas, ONGs e especialistas na área. A educação continuada para jornalistas e o fortalecimento das práticas de verificação de fontes são fundamentais para garantir a qualidade da informação. Além disso, as mídias devem ser incentivadas a integrar a sustentabilidade em sua própria operação, ao adotarem práticas mais responsáveis em relação ao consumo de recursos e à divulgação de informações ambientais. Somente com um jornalismo ambiental estruturado e comprometido com a verdade será possível enfrentar os enormes desafios ecológicos que se apresentam no presente e moldam o futuro.

Ao lado do jornalismo ambiental é preciso colocar a **comunicação de crise** (UFSM, s.d.). Ela é uma prática essencial para qualquer organização ou governo diante de situações inesperadas que possam ameaçar sua imagem, credibilidade ou até sua operação. Em momentos de crise ambiental, como um desastre natural ou uma catástrofe produzida por ações humanas, a forma como as informações são transmitidas ao público pode determinar a gravidade do impacto e salvar vidas.

Recentemente, o Brasil viveu marcantes tragédias ambientais como o rompimento de barragens (casos de Mariana/MG, em 2015, e Brumadinho/MG, em 2019) e enchentes provocadas pela falta de políticas públicas preventivas para chuvas torrenciais atípicas (caso do Rio Grande do Sul, 2024). Em todas estas situações, a comunicação de crise se revelou essencial.

A comunicação de crise deve ser transparente, ágil e bem coordenada, com mensagens explícitas que expliquem a situação, os passos que estão sendo tomados para solucioná-la e as medidas de prevenção para o futuro. A transparência é fundamental para evitar especulações e rumores que podem piorar a situação, enquanto a agilidade assegura que as pessoas recebam as informações necessárias quando mais precisam.

Além disso, a comunicação de crise envolve o manejo cuidadoso das emoções do público, que frequentemente se sente ansioso, confuso ou indignado durante eventos de grande impacto. A empatia nas mensagens, a utilização de fontes confiáveis e a manutenção de um diálogo constante com as autoridades responsáveis são aspectos essenciais para minimizar danos às comunidades.

Para ser eficaz, essa comunicação deve ser consistente e adaptada aos diferentes meios disponíveis, como mídias tradicionais e digitais e os comunicados oficiais.

Ações de comunicação que prezem pela ecologia integral, por meio da transformação e da sustentabilidade, precisam levar em conta os elementos que devem ser enfrentados e confrontados, contra toda desinformação, negacionismos, poluição/desordem informacional, e o que deve valorizado e promovido, em nome da boa informação e da superação de crises.



6.3 VAMOS COMUNICAR

1 Inspirar e mobilizar

- ✓ Use recursos visuais impactantes para alertar sobre a desinformação ambiental problema e divulgue em espaços públicos e mídias sociais.
- ✓ Produza vídeos curtos com informações relevantes sobre sustentabilidade, aborde temas como crise climática, biodiversidade e poluição, com linguagem clara e acessível.
- ✓ Organize palestras com especialistas, convidar jornalistas ambientais, ativistas e cientistas para discutir temas relevantes e inspirar ações.

2 Conectar e fortalecer

- ✓ Organize um festival de sustentabilidade, promova um evento com música, arte, artesanato e gastronomia local, com foco na educação ambiental e na troca de experiências sobre práticas sustentáveis.
- ✓ Promova visitas a áreas de preservação ambiental, promova a conexão com a natureza e o contato direto com projetos de conservação.
- ✓ Forme grupos de trabalho para desenvolver projetos de comunicação, incentive a produção de conteúdo informativo e educativo sobre sustentabilidade.

3 Promover o diálogo e a inclusão

- ✓ Realize um ciclo de debates, convide especialistas, líderes comunitários e representantes de diferentes setores para discutir temas como desinformação, negacionismo e comunicação para a sustentabilidade.

- ✓ Crie oficinas de comunicação para diferentes públicos, ensine técnicas de produção de conteúdo e comunicação para diferentes faixas etárias e grupos sociais.
- ✓ Traduza materiais informativos sobre ecologia integral: disponibilize informações em diferentes idiomas e formatos acessíveis para pessoas com deficiência.

4 Desenvolver o senso crítico

- ✓ Crie um jogo de tabuleiro, desenvolva um jogo interativo que simule situações reais de desinformação ambiental, para que as pessoas participantes aprendam a identificar notícias falsas e a buscar informações confiáveis.
- ✓ Incentive a produção de conteúdo crítico sobre o consumo e a tecnologia, promova debates sobre o consumo consciente e os impactos socioambientais da tecnologia.





BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS E COMUNICACIONAIS

A comunicação tem se revelado uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável, impulsionando a transformação social, o empoderamento comunitário e a defesa dos direitos humanos e da natureza. No Brasil, diversas iniciativas originais têm utilizado a comunicação para promover a justiça socioambiental, a defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a cultura afro-brasileira, a educação, a participação cidadã e o cuidado com a Casa Comum.

Apresentamos aqui algumas dessas iniciativas que evidenciam o poder da comunicação na busca por uma ecologia integral, nas quais a justiça social e o respeito à natureza se entrelaçam em um caminho de transformação e de sustentabilidade justa.



7.1 MÍDIA INDÍGENA - @MIDIAINDIGENAOFICIAL

A Mídia Indígena surge da necessidade dos povos indígenas de terem controle sobre a narrativa sobre suas culturas, lutas e realidades, potencializando e ecoando suas vozes. Cansados de serem retratados de forma estereotipada e muitas vezes distorcida pela mídia tradicional, os indígenas começam a se apropriar das tecnologias de comunicação para contar suas próprias histórias. Esse processo se intensifica com a chegada da internet e das mídias sociais, que democratizam o acesso à produção e divulgação de conteúdo.



A Mídia Indígena permite que os indígenas falem por si mesmos, combatendo estereótipos e preconceitos, e expressando suas perspectivas sobre questões importantes para eles. É um importante veículo para a preservação e promoção das línguas, costumes e tradições indígenas, transmitindo conhecimentos ancestrais para as novas gerações e compartilhando a riqueza cultural com o mundo. Ao produzir e consumir sua própria mídia, os indígenas fortalecem sua identidade e a tornam conhecida, além de promoverem o diálogo intercultural e a valorização da diversidade.

O coletivo é uma ferramenta poderosa na luta por direitos, como a demarcação de terras, a saúde, a educação e o combate ao racismo e à discriminação. As mídias sociais facilitam a mobilização e a articulação entre os povos indígenas, conectando diferentes comunidades e fortalecendo o movimento indígena como um todo. Além disso, contribuem para educar a sociedade sobre a história, a cultura e os direitos dos povos indígenas, promovendo a compreensão e o respeito à diversidade.

Alguns exemplos da Mídia Indígena em ação incluem a produção de vídeos, filmes e documentários, a criação de sites e blogs, a utilização das redes sociais e as rádios indígenas. Diversos coletivos e indivíduos indígenas produzem conteúdo audiovisual de alta qualidade, que tem circulado em festivais e mostras de cinema, além de plataformas online. Muitas comunidades indígenas têm seus próprios sites e blogs, onde divulgam informações sobre sua cultura, história e lutas. As redes sociais são ferramentas importantes para a comunicação e mobilização dos povos indígenas, que as utilizam para denunciar violações de direitos, organizar protestos e compartilhar suas histórias. As rádios indígenas são um importante meio de comunicação para as comunidades, transmitindo programas em línguas nativas e abordando temas relevantes para o seu dia a dia.

A Mídia Indígena tem se tornado cada vez mais relevante no Brasil e no mundo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e intercultural.



7.2 AFRO ACADÊMICO - @AFROACADEMICO

O Afro Acadêmico é uma iniciativa decisiva que surge para democratizar o acesso à informação e ao conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana. Criado em 2023, esse coletivo digital tem como missão principal centralizar oportunidades acadêmicas, como cursos, bolsas de estudo, eventos, concursos e editais, direcionadas a pessoas que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a população negra e contribuir para a popularização dessa temática.

A iniciativa surge em um contexto de crescente reconhecimento da importância de se combater o racismo e promover a igualdade racial no Brasil. O Afro Acadêmico se coloca como um agente facilitador nesse processo, ao conectar pessoas e oportunidades, impulsionando a produção e disseminação de conhecimento sobre a temática afro, em diversas áreas do saber.

O Afro Acadêmico tem como objetivos dar visibilidade a oportunidades acadêmicas, funcionando como um hub de informações, reunindo e divulgando editais, cursos, bolsas de estudo, eventos e concursos relacionados à temática afro, eliminando barreiras de acesso e ampliando as possibilidades para estudantes e pesquisadores negros. Incentiva a produção de conhecimento, facilitando o acesso a oportunidades, estimulando a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a história, cultura e as lutas da população negra no Brasil e no mundo.

O coletivo contribui para aumentar a participação de negros em espaços acadêmicos, promovendo a diversidade e a inclusão no ensino superior e na pesquisa, fortalecendo a representatividade negra na academia. Ao promover o conhecimento sobre a população negra, o Afro Acadêmico contribui para desconstruir estereótipos e preconceitos, e combater o racismo e a discriminação racial.

O Afro Acadêmico utiliza as redes sociais como principal plataforma de divulgação das oportunidades, ampliando o alcance e o acesso à informação. Através de posts informativos e interativos, o coletivo engaja seus seguidores e promove um debate construtivo sobre a temática afro.

O coletivo representa um importante passo na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, ao democratizar o acesso ao conhecimento e fortalecer a representatividade negra na academia. Ao conectar pessoas e oportunidades, o Afro Acadêmico contribui para a construção de um futuro mais promissor para a população negra no Brasil e no mundo.



7.3 VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO - @VIRACAOEDUCOM

A Viração Educomunicação atua desde 2003 com foco em educomunicação e mobilização social. Seu principal objetivo é empoderar crianças, adolescentes e jovens para que participem ativamente da construção de uma sociedade mais justa, sustentável e plural. A Viração acredita no poder da comunicação para gerar transformação social. Por meio de projetos inovadores e participativos, a organização utiliza diferentes ferramentas e linguagens midiáticas para promover os direitos humanos, desenvolver projetos que abordam temas como cidadania, igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, e sustentabilidade, entre outros, estimulando o pensamento crítico e a ação social.



A Viração incentiva a participação cidadã, criando espaços de diálogo e expressão para que jovens possam se manifestar, debater ideias e se envolver em causas sociais. Desenvolve habilidades comunicativas, oferecendo oficinas e cursos que capacitam jovens na produção de conteúdo em diversas mídias, como vídeo, fotografia, rádio e internet. Além de ampliar o acesso à informação, produzindo materiais informativos e educativos, utilizando linguagens acessíveis e atrativas para o público jovem.

Alguns exemplos de projetos desenvolvidos pela Viração são a Agência Jovem de Notícias, um projeto que forma jovens correspondentes para produzir notícias sobre seus territórios, abordando temas relevantes para suas comunidades, a Rádio Muda, uma rádio web criada por jovens, com programação diversificada que inclui música, informação, cultura e entretenimento, e as Oficinas de produção audiovisual, que oferecem capacitação em produção de vídeos, documentários e curtas-metragens, estimulando a criatividade e o protagonismo dos jovens.

A Viração Educomunicação tem um papel fundamental na formação cidadã de adolescentes e jovens, contribuindo para a construção de uma sociedade socioambiental justa, democrática e participativa. Através da educomunicação, a organização empodera as novas gerações para que sejam protagonistas de suas próprias histórias e transformadoras de suas realidades.

Justiça nos Trilhos

7.4 JUSTIÇA NOS TRILHOS - @JUSTICANOSTRILHOS

O Coletivo Justiça nos Trilhos (JnT) atua na defesa dos direitos humanos e da natureza, com foco nas comunidades afetadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), no Corredor Carajás, que corta o Maranhão e o Pará. A JnT trabalha em conjunto com as comunidades locais, buscando fortalecer a organização social e a resistência contra os impactos socioambientais causados pela EFC e grandes projetos de mineração e agronegócio na região.

As ações da JnT incluem a denúncia de violações de direitos, documentando e denunciando casos de violações de direitos humanos, como desapropriações forçadas, poluição, problemas de saúde, e impactos na cultura e nos modos de vida tradicionais das comunidades, a assessoria jurídica e apoio psicossocial, oferecendo apoio jurídico às comunidades em processos judiciais contra empresas e o Estado, além de acompanhamento psicossocial para lidar com os traumas e impactos emocionais causados pelos conflitos, e a formação e capacitação, promovendo oficinas, cursos e atividades de formação para fortalecer a organização comunitária, a liderança local e a participação cidadã.

O coletivo realiza campanhas de incidência sobre políticas públicas e pressiona empresas a adotarem práticas mais justas e sustentáveis, realizando incidência e mobilização. Desenvolve pesquisas, documentários e materiais de comunicação para dar visibilidade aos impactos da EFC e ampliar o debate sobre o modelo de desenvolvimento na região, produzindo conhecimento e comunicação.

O Coletivo Justiça nos Trilhos desempenha um papel fundamental na luta por justiça social e ambiental no Corredor Carajás. Ao potencializar a voz das comunidades afetadas e denunciar as violações de direitos, a JnT contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e democrático.

Alguns destaques da atuação da JnT são o acompanhamento do caso do desastre de Piquiá de Baixo, a JnT teve um papel chave na luta pela relocação da comunidade de Piquiá de Baixo, no Maranhão, que foi gravemente afetada pela poluição causada pela mineradora Vale, a campanha “Despejo Zero”, a JnT integra a campanha nacional homônima, que busca garantir o direito à moradia e combater as remoções forçadas em todo o país, e a articulação com movimentos sociais e organizações internacionais, a JnT atua em redes e articulações nacionais e internacionais para fortalecer a luta em defesa dos direitos humanos e da natureza.



7.5 REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA (RNA) - @RNAMAZONIA

A Rede de Notícias da Amazônia (RNA) surge como uma resposta aos desafios socioambientais e à desigualdade na distribuição de informação que marcam a vasta e complexa região amazônica. A RNA, como articulação de comunicação, desempenha um papel fundamental ao conectar vozes, amplificar narrativas e promover a troca de conhecimentos em prol da justiça social e da sustentabilidade na Amazônia.

A RNA atua como um contraponto à mídia tradicional, muitas vezes concentrada nos grandes centros urbanos e com limitada cobertura da realidade amazônica. Através da produção e difusão de conteúdo jornalístico independente, a rede contribui para a democratização da informação, potencializando a voz das comunidades locais, povos indígenas e outros atores sociais para um público mais amplo. Essa democratização do discurso é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e plural, onde diferentes perspectivas e narrativas são valorizadas.



Além de democratizar a informação, a RNA promove a valorização da cultura e da identidade amazônica, estimulando a produção de conteúdos que retratam a riqueza e a diversidade da região. Através de programas como o “Caminhos da Amazônia”, a rede dá visibilidade às histórias, tradições e conhecimentos dos povos da floresta, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e o fortalecimento da identidade amazônica.

Ao potencializar a voz das comunidades locais e promover o diálogo entre diferentes atores sociais, a RNA contribui para o empoderamento das populações amazônicas. A rede oferece ferramentas e capacitação para que as comunidades possam produzir seus próprios conteúdos e narrativas, participando ativamente do processo de comunicação e influenciando a agenda pública regional.

A RNA também destaca as questões socioambientais da Amazônia, dando visibilidade aos desafios e conflitos relacionados à defesa da floresta, dos direitos humanos e da justiça socioambiental. A rede serve como plataforma para denúncias de violações, mobilização social e promoção de soluções sustentáveis para os problemas da região.

Para fortalecer as iniciativas locais e ampliar o impacto das ações em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia, a RNA promove a articulação entre diferentes atores da sociedade civil, organizações sociais, movimentos populares e emissoras de rádio, criando uma rede de colaboração e troca de experiências e de conteúdo.

Em suma, a Rede de Notícias da Amazônia desempenha um papel vital como articulação de comunicação, promovendo a democratização da informação, o fortalecimento da identidade cultural, o empoderamento das comunidades, a justiça socioambiental e a cooperação regional. Ao conectar vozes e ampliar narrativas, a RNA contribui para a construção de uma Amazônia mais justa, sustentável e democrática por meio do rádio.



7.6 VAMOS APRENDER

As iniciativas de comunicação mencionadas acima exercem um papel vital no fortalecimento das comunidades, atuando como agentes de mudança social. Juntas, essas iniciativas formam uma rede de apoio e colaboração, impulsionando um ciclo virtuoso de empoderamento, educação e participação. Elas amplificam as vozes e lutas, democratizam o acesso à informação e inspiram a ação coletiva em prol da transformação social.

1 Empoderamento e representatividade

- A Mídia Indígena e o Afro Acadêmico potencializam a voz grupos historicamente marginalizados, permitindo que eles compartilhem suas próprias histórias e perspectivas, combatendo estereótipos e promovendo a representatividade.

2 Democratização da informação e da educação:

- A Rede de Notícias da Amazônia e a Viração Educomunicação democratizam o acesso à informação e à educação, especialmente em regiões com acesso limitado à mídia tradicional.

3 Valorização da cultura e da identidade:

- A Mídia Indígena e a Rede de Notícias da Amazônia valorizam a cultura e a identidade local, documentando e compartilhando histórias, tradições e conhecimentos ancestrais.

4 Mobilização social e defesa de direitos:

- O Coletivo Justiça nos Trilhos utiliza a comunicação para mobilizar a sociedade e defender os direitos humanos e da natureza, denunciando violações e pressionando por mudanças.



CONCLUSÕES

À espera do 14° Muticom e na esperança alimentada pelos seus frutos, reconhecemos que, em meio às crescentes crises ecológicas e sociais, é imperativo que a comunicação desempenhe um papel transformador, sustentável e justo, alicerçado na proposta da ecologia integral, tal como delineada pelo Papa Francisco. A interdependência entre o cuidado com a Criação, a justiça social e a ética cristã exige práticas comunicativas que promovam a dignidade humana e a sustentabilidade ambiental. Comunicadores e comunicadoras são chamados, assim, a assumirem o compromisso de informar, sensibilizar e mobilizar suas comunidades para uma conversão ecológica integral, assumindo uma missão profética de denúncia de tudo aquilo que destrói o planeta e de anúncio do “Evangelho da Criação”.

A ecologia integral nos desafia a ir além de uma abordagem ambientalista isolada. Ela exige que integremos dimensões éticas, sociais, culturais e espirituais em nossas práticas comunicativas. A comunicação, quando enraizada nos valores da solidariedade e da justiça, pode romper o paradigma tecnocrático e a cultura do descarte, fomentando estilos de vida que reflitam o cuidado com a Casa Comum. Além disso, ela se torna uma ponte entre diferentes saberes, conectando a ciência, a sabedoria popular e o magistério da Igreja. Essa integração é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e propor soluções conjuntas que promovam o bem comum.

Por meio da comunicação, podemos fortalecer laços comunitários, mobilizar consciências e engajar pessoas em ações práticas que transformem a realidade. Ao denunciar injustiças, informar com responsabilidade e anunciar mensagens de esperança, comunicadores e comunicadoras também se tornam “guardiões da criação”, contribuindo para que a humanidade redescubra sua vocação de cuidar da Casa Comum.

Que cada leitor e cada leitora se sinta motivado e motivada a pôr em prática os valores aqui apresentados, unindo-se a uma grande rede de solidariedade socioambiental por meio da comunicação. Que as reflexões aqui propostas gerem frutos de esperança e compromisso com um mundo mais justo, solidário e sustentável. Concluimos este subsídio renovando o chamado à ação: que cada comunicador e cada comunicadora se torne agente de transformação em sua realidade, unindo vozes e esforços em defesa da vida em todas as suas dimensões – e vida *em abundância* (cf. Jo 10,10)!



REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Ricardo Costa. **A Comunicação da Igreja Católica na América Latina e Caribe a partir dos Documentos Conclusivos do Celam**: uma visão compreensiva de suas teorias e de suas práticas. Orientador: Dimas A. Künsch. 2021. 217 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021.
- ASSOCIATED Press. Ecuadorians reject oil drilling in the Amazon, ending operations in a protected area. **Associated Press**, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/amazon-ecuador-oil-drilling-referendum-yasuni-5c72a325755976c47a3ec138bdab8537>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- AMARAL, Márcia Fran, LOOSE, Eloísa Beling, GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (Orgs.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19971/Minimanual.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov 2024.
- BENTO XVI. Discurso ao corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé para a apresentação dos bons votos de ano novo. **Santa Sé**, 08 jan. 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/january/documents/hf_ben-xvi_spe_20070108_diplomatic-corps.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- CITELLI, Adilson. Comunicação e Educação. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida. **Dicionário de Comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.
- CONCÍLIO Ecumênico Vaticano II. Constituição pastoral *Gaudium et spes* sobre a Igreja no mundo atual. **Santa Sé**, 07 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 2025**: texto-base. Brasília: Edições CNBB, 2024.
- CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, vol. 41, pp. 17-18, maio 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- DAGRON, Alfonso Gumucio. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. In: G., José Miguel Pereira; B., Amparo Cadavid (orgs.). **Comunicación, desarrollo y cambio social**: interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y medios. Bogotá: Uniminuto, 2011.
- DEUTSCHE WELLE. O que é desinformação climática e por que isso é relevante. *Carta Capital*, 24 jan 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-desinformacao-climatica-e-por-que-isso-e-relevante/>. Acesso em: 10 nov 2024.
- FELICE, Massimo di. **A cidadania digital**: a crise da ideia ocidental de democracia e participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2021 (versão Kindle).
- FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, R.; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. **Santa Sé**, 24 maio 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- FRANCISCO. Constituição apostólica *Episcopalis communio* sobre o Sínodo dos Bispos. **Santa Sé**, 15 set. 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20180915_episcopalis-communio.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- FRANCISCO. “Para que possas contar e fixar na memória” (Ex 10, 2). A vida faz-se história. Mensagem para o 54º Dia Mundial das Comunicações Sociais. **Santa Sé**, 24 jan. 2020. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/>

- [francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20200124_messaggio-comunicazioni-sociali.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20200124_messaggio-comunicazioni-sociali.html). Acesso em: 02 dez. 2024.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Laudate Deum* sobre a crise climática. **Santa Sé**, 04 out. 2023. Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- GLOBAL E-Waste Monitor 2020: **Relatório sobre resíduos eletrônicos em nível global**. Disponível em: https://ewastemonitor.info/wp-content/uploads/2020/11/GEM_2020_def_july1_low.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.
- JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Redemptor hominis* no início do seu ministério pontifical. **Santa Sé**, 04 mar. 1979. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Centesimus annus* no centenário da *Rerum novarum*. **Santa Sé**, 01 maio 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- KRENAC, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência, São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. Prefácio. In: STRATE, Lance; BRAGA, Adriana; LEVINSON, Paul. **Introdução à ecologia das mídias**. Rio de Janeiro, RJ: PUC Rio; Loyola, 2019, pp. 7-14.
- MEIRA, Silvio. Nem real, nem virtual. O mundo é figital. **Silvio.meira.com**, 2021. Disponível em: <https://silvio.meira.com/nem-real-nem-virtual-o-mundo-e-figital/>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- MORIN, Edgar. Edgar Morin: Laudato Si aponta para uma nova civilização. Entrevista concedida a A. Peillon e I. Gaulmyn. **Ecologia e Fé**, 13 jan. 2016. Disponível em: <https://ecologiaefe.blogspot.com/2016/01/edgar-morin-laudato-si-aponta-para-uma.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- NASA-Funded Studies Explain How Climate Is Changing Earth's Rotation. **Jet Propulsion Laboratory**, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://apnews.com/article/amazon-ecuador-oil-drilling-referendum-yasuni-5c72a-325755976c47a3ec138bdab8537>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcelo. Comunicação Comunitária. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida. **Dicionário de Comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.
- PAULO VI. Carta apostólica *Octogesima adveniens* por ocasião do 80º aniversário da encíclica *Rerum novarum*. **Santa Sé**, 14 maio 1971. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html. Acesso em: 02 dez. 2024.
- PERUZZO, Círcia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: NETO, Aristides Monteiro (orgs.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.
- POSETTI, Julie, BONTCHEVA, Kalina. Desinfodemia: decifrar a desinformação sobre a COVID-19. Brasília: Unesco, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por Acesso em: 10 nov. 2024.
- POSTMAN, Neil. The Humanism of Media Ecology. **Proceedings of the Media Ecology Association**, Volume 1, 2000. Disponível em: https://www.media-ecology.net/publications/MEA_proceedings/v1/postman01.pdf.
- SBARDELLOTTO, Moisés. *Laudato si'*: desafios e possibilidades de uma ecologia comunicacional. In: **Comunicar a fé**: por quê? Para quê? Com quem? Petrópolis: Vozes, 2020, pp. 83-93.
- SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Temas y Problemas de Comunicación**, Rio Cuarto, v. 10, ano 8, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274222965_Comunicacion_para_el_dearrollo_tres_paradigmas_dos_modelos. Acesso em: 02 dez. 2024.
- TRIGUEIRO, André (org). **Mundo Sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo, SP, Brasil: Editora Globo, 2005
- UFSM. Observatório da Comunicação de Crise (OBCC). Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatorio-crise> Acesso em: 10 nov 2024.
- VATICAN News. Santa Sé: a crise climática não é uma ameaça distante, mas um desafio presente. **Vatican News**, 16 out. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2024-10/caccia-crise-climatica-nao-ameaca-distante-mas-desafio-presente.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- WARDLE, Claire, DERAKHSHAN, Hossein. **Desordem informacional**: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Campinas: Unicamp, 2023. Coleção CLE - Unicamp, vol. 92. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/ebooks/index.php/publicacoes/catalog/book/93>. Acesso em: 10 nov. 2024.



MUTIRÃO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO: HISTÓRIA E ATUALIDADE⁶

Desde 1998, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promove os Mutirões Brasileiros de Comunicação (Muticom). Os encontros ocorrem em continuidade aos Congressos Brasileiros de Comunicação Social, promovidos pela União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC) desde os anos 1970 até o fim da década de 1990. O que caracteriza os Mutirões, diferenciando-os dos Congressos históricos, é seu objetivo específico, voltado a refletir sobre os caminhos e as perspectivas das relações entre a Igreja Católica, a sociedade brasileira e a cultura contemporânea, no campo da Comunicação.

Entre 1970 e 1990, os congressos da UCBC representaram um movimento de profissionais e estudantes cristãos e cristãs, apoiado pela CNBB, voltado a alcançar três grandes objetivos de interesse para a sociedade: 1) refletir sobre as políticas e as práticas da comunicação do país, no contexto da luta que se movia contra todo tipo de repressão política no período da ditadura militar; 2) prestar um serviço às lideranças populares e aos educadores no campo específico da formação de referenciais metodológicos para se consolidar programas de educação para a comunicação em todo o Brasil; e 3) contribuir com as comunidades cristãs no sentido de promover a nascente pastoral da comunicação no país. Os conteúdos dos Congressos foram publicados em livros, alimentando a reflexão acadêmica, pastoral e social sobre o papel da comunicação na contemporaneidade.

⁶ Com informações da Ir. Élide Maria Fogolari, fsp, jornalista e mestra em Ciências da Comunicação pela USP, ex-assessora da Comissão de Comunicação da CNBB.

A UCBC havia nascido sob a liderança de alguns leigos, leigas e clérigos preocupados com a discussão e a formação no campo da Comunicação, entre os quais o professor José Marques de Melo (1943-2018) – jornalista, pesquisador e professor da Universidade de São Paulo (USP), um dos fundadores e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) – e o frei dominicano Romeu Dale (1911-2007) – assessor especial de Dom Helder Câmara nas sessões do Concílio Vaticano II e autor dos primeiros estudos sobre os documentos da Igreja sobre Comunicação Social. A UCBC sempre contou com o apoio do Setor de Comunicação Social da CNBB, recebendo em seus congressos, como palestrantes, bispos com reconhecida atuação no campo das comunicações sociais, como Dom Brandão Vilela, Dom Helder Câmara, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom José Maria Pires, Dom Luciano Mendes de Almeida, entre tantos outros. Os membros da UCBC tiveram participação, como colaboradores, em numerosas ações da Igreja, entre as quais a consolidação da Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação da CNBB. Essa experiência foi retomada em 2021 pelo então presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação Social, Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, dando origem ao atual Grecom.

No fim dos anos 1990, com a decisão da diretoria da UCBC de encerrar a promoção de seus congressos nacionais, as organizações de comunicação vinculadas à Igreja – além da própria UCBC, a Rede Católica de Rádio (RCR), a Associação Católica Internacional de Rádio e Televisão (UNDA Brasil) e a Organização Católica Internacional de Cinema e Audiovisual (OCIC Brasil) – uniram-se ao então Setor de Comunicação da CNBB para dar continuidade à nova proposta que emergia na Igreja: os Mutirões Brasileiros de Comunicação. Surgiram, assim, propostas voltadas para fomentar debates sobre as políticas e a democratização da comunicação, as relações geradas pela cultura das novas tecnologias no campo da Comunicação e a mobilização dos agentes da Pastoral da Comunicação do Brasil, em eventos bianuais.

Um mutirão é uma prática comunitária em que várias pessoas se reúnem e se mobilizam em prol de um objetivo comum, geralmente com o intuito de resolver um problema ou de realizar uma tarefa que beneficia todas as pessoas envolvidas. O espírito do mutirão é baseado na solidariedade, na cooperação e no senso de comunidade, no qual todas as pessoas podem contribuir, favorecendo aprendizados recíprocos. É uma forma de fortalecer os laços comunicacionais e de promover a interdependência entre as pessoas participantes. O Mutirão Brasileiro de Comunicação busca promover a mesma experiência, em torno dos saberes e dos fazeres comunicacionais.

Atualmente, o Muticom é uma realização da CNBB por meio de sua Comissão Episcopal para a Comunicação Social (Cepac), em parceria com a Pascom Brasil e a Signis Brasil. A organização é confiada a uma arquidiocese/diocese brasileira, por meio do convite

feito pelo presidente da Cepac ao arcebispo/bispo local. Após o aceite, é designada uma comissão local que assume a responsabilidade de sua organização, acompanhada durante todo o processo pelos órgãos promotores.

Com isso, o Muticom busca promover a integração entre diferentes âmbitos da comunicação, como jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, mídias digitais e ação pastoral, incentivando a formação de redes colaborativas e o fortalecimento da práxis comunicacional (teoria + prática). A cada edição, o Muticom aborda questões contemporâneas e emergentes, oferecendo um espaço para que vozes diversas possam ser ouvidas e novas ideias possam ser cultivadas. Ao reunir comunicadores, profissionais, pesquisadores, agentes de pastoral e autoridades da Igreja e civil, o Muticom é um momento privilegiado para a reflexão conjunta sobre a democratização e o papel social da comunicação, assim como as perspectivas das relações entre a Igreja Católica, a sociedade brasileira e a cultura contemporânea no campo da Comunicação. Nesse sentido, cada mutirão trabalha com um tema motivador, buscando refletir e aprofundar aspectos teóricos e práticos da vivência e das políticas de comunicação na Igreja e na sociedade. Desenvolvem-se também atividades de aperfeiçoamento técnico-profissional e de educação para a comunicação, exposições culturais e apresentações de pesquisas na área.

Com essa dinâmica, os Mutirões convertem-se em uma experiência de construção conjunta de novos saberes-fazer comunicacionais, buscando inovar as práticas e sinalizar com novas balizas o pensamento da comunicação na Igreja e na sociedade em geral. Para alcançar tais objetivos, os Mutirões Brasileiros de Comunicação reúnem, em cada edição, um grande número de comunicadores do Brasil e principalmente da região onde é promovido, em torno de [um] objetivo central: fazer da comunicação a principal ação de construção de outra ordem social, de relações justas e solidárias, sinal do Reino anunciado pelo Mestre Perfeito da Comunicação, Jesus Cristo.

A missão do Muticom, portanto, é servir à Igreja e à sociedade como um fórum nacional de debate e de ação, destinado a fazer comunicação, refletir sobre ela e propor caminhos de mudança e de transformação da sociedade, à luz da pessoa de Jesus, de sua Boa Notícia e dos ensinamentos da Igreja, abrindo uma trilha para um diálogo permanente sobre justiça, democracia, solidariedade, fraternidade e amizade sociais, pilares de uma comunicação plenamente humana e pautada pela sabedoria do coração, como hoje nos pede o Papa Francisco. A atmosfera do evento é marcada pelo entusiasmo e pela paixão dos participantes, que encontram, em mutirão, uma oportunidade significativa para crescerem profissionalmente e contribuir para o avanço de uma comunicação sociotransformadora no Brasil.

Seja para adquirir novos conhecimentos, compartilhar experiências ou simplesmente fazer novas conexões, o Mutirão Brasileiro de Comunicação é um marco indispensável no calendário dos comunicadores e das comunicadoras brasileiros.

EDIÇÕES E TEMAS

O Muticom ocorre a cada dois anos, sempre em anos ímpares, intercalando com o Encontro Nacional da Pascom. O período para sua realização é definido pela arquidiocese que acolhe o Mutirão, optando-se, preferencialmente, pelo período de julho, em consonância com férias, ou conforme a viabilidade da região que acolhe o evento.

Desde sua primeira edição, as cidades-sede, os anos de realização e os temas dos Mutirões Brasileiros de Comunicação foram os seguintes:

- 1º Muticom – Belo Horizonte (MG), 1998 – ***Solidariedade, ética, cidadania***
- 2º Muticom – São Paulo (SP), 2000 – ***Relações solidárias na aldeia e no global***
- 3º Muticom – Salvador (BA), 2003 – ***Comunicação para outra ordem social***
- 4º Muticom – Guarapari (ES), 2005 – ***Comunicação e responsabilidade social***
- 5º Muticom – Belém (PA), 2007 – ***Comunicação e Amazônia: fé e cultura de paz***
- 6º Muticom – Porto Alegre (RS), 2010 – ***Processos de comunicação e cultura solidária***⁷
- 7º Muticom – Rio de Janeiro (RJ), 2011 – ***Comunicação e vida: diversidade e mobilidades***
- 8º Muticom – Natal (RN), 2013 – ***Comunicação e participação cidadã: meios e processos***
- 9º Muticom – Vitória (ES), 2015 – ***Ética nas comunicações***
- 10º Muticom – Joinville (SC), 2017 – ***Educar para a comunicação***
- 11º Muticom – Goiânia (GO), 2019 – ***Comunicação, democracia e responsabilidade social***
- 12º Muticom – Belo Horizonte (MG), 2021 – ***Por uma comunicação integral: o humano nos novos ecossistemas***⁸
- 13º Muticom – João Pessoa (PB), 2023 – ***Comunicar para a cultura do encontro***
- 14º Muticom – Manaus (AM), 2025 – ***Comunicação e Ecologia Integral: transformação e sustentabilidade justa***

7 Pela proximidade geográfica da Arquidiocese de Porto Alegre com os países da América Latina, houve uma parceria com a Organização Católica Latino-americana e Caribenha de Comunicação, que tem sede em Quito, Equador. Por isso, foi denominado de “Mutirão Latino-Americano e Caribenho de Comunicação”, congregando durante o evento representantes dos países da América Latina.

8 Devido à pandemia da Covid-19, a edição de 2021 foi realizada de forma totalmente online e remota, reunindo quase 6.000 participantes.



@mutiraodecomunicacao



muticom.com.br



comsocial@cnbb.org.br



CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL